

**UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS PUC-SP
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

CHARLES SOUZA DA SILVA

**A INTERFERÊNCIA DO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS EM
FAMILIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE
VITÓRIA**

VILA VELHA

2012

**UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO ASSOCIADO AO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-
GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PUC/SP
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

CHARLES SOUZA DA SILVA

**A INTERFERÊNCIA DO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS EM
FAMILIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA**

VILA VELHA/ES

2012

**UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS
SOCIAIS PUC-SP**

**A INTERFERÊNCIA DO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS EM
FAMILIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA**

Dissertação apresentada à Universidade de Vila Velha-ES, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, associado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

CHARLES SOUZA DA SILVA

**Orientador:
Prof. Dr. Irineu Francisco Barreto Junior**

VILA VELHA

2012

S586i Silva, Charles Souza da.

A interferência do tráfico de drogas ilícitas em famílias da Região Metropolitana da Grande Vitória / Charles Souza da Silva. – 2012.

95 f. : il.

Orientador: Irineu Francisco Barreto Junior.

Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Vila Velha, 2012.

Inclui bibliografias.

1. Tráfico de drogas. 2. Família – Efeito das drogas. 3. Drogas – Abuso – Aspectos sociais. 4. Comércio ilegal de drogas – Região Metropolitana da Grande Vitória. I. Barreto Junior, Irineu Francisco. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 362.29

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A INTERFERÊNCIA DO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS EM
FAMÍLIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA**

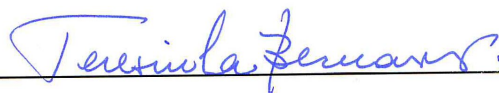
CHARLES SOUZA DA SILVA

Aprovado em 19 de abril de 2012.

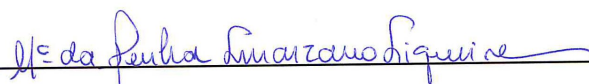
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Irineu Francisco Barreto Junior
Universidade Vila Velha-ES



Profª. Drª. Teresinha Bernardo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Profª. Drª. Maria da Penha Smarzo Siqueira
Universidade Vila Velha-ES

Dedicatória.

Somente conhece os percalços da estrada aquele que caminhou nele. Minha família, esposa, filhos, pai, mãe e sogros trilharam comigo todos os caminhos deste importante passo na minha vida acadêmica, acalentando-me nas minhas agruras e suportando as minhas ausências. Deram-me suporte para continuar. Para eles, segue os louros da temperança por terem me aturado. Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, que deteve uma postura incontestada de mestre, guiando-me na edificação do meu trabalho. Graças a ele, pude prosseguir com meu intento, através da liberdade necessária concedida, guiada para os caminhos corretos. Tive um grande presente em tê-lo como guia pelo seu denodo de me ensinar a fazer as melhores escolhas.

RESUMO

Este estudo analisa as influências do tráfico de drogas ilícitas em famílias de condenados por esta modalidade delituosa na Região Metropolitana da Grande Vitória. São discutidas as possíveis motivações que podem vir a conduzir algum outro familiar ao ingresso na criminalidade. Revela, por meio de entrevistas estruturadas, as conseqüências para os familiares provocadas pelo ingresso de um ente na criminalidade e no encarceramento, tal como a prisão de algum outro familiar ou o cumprimento de pena privativa de liberdade ou medida socioeducativa de crianças e adolescentes. O estudo versa ainda sobre aspectos relacionados à perda do esteio econômico da família por conta da prisão, estratégias de sobrevivência e a riscos do ingresso de demais familiares na criminalidade como forma de substituição do ente encarcerado.

Palavras-Chave: Tráfico de Drogas; Criminalidade; Direitos Fundamentais; Família.

ABSTRACT

This study analyzes the influence of traffic from illicit drugs on families of convicted criminal by this mode in the Metropolitan Region of Vitoria. Are also discussed possible motivations that may drive some other relative to criminality. It reveals, through structured interviews, the consequences for family members caused by the entry of someone into crime as the imprisonment of other family members or fulfilling a penalty custodial or the socioeducative measure from children and adolescents. The study deals still on aspects related with to the loss of the economic mainstay of the family because of the prison strategies for survival and risk the entry of other family members in crime as a replacement from the incarcerated.

Keywords: Trafficking in Drugs, Crime, Fundamental Rights, Family

INTRODUÇÃO	09
ASPECTOS METODOLÓGICOS	11
Capítulo 1. AS DROGAS NA CONTEMPORANEIDADE	20
1.1 Grande Vitória	20
1.2 As Drogas	31
1.3 A Maconha	33
1.4 Cocaína	34
1.5 Crack	36
Capítulo 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS	38
2.1 Elementos do Tráfico: o matuto	42
2.2 Elementos do Tráfico: o revendedor	44
2.3 Elementos do Tráfico: o dono da boca	46
2.4 Elementos do Tráfico: o vapor	48
Capítulo 3. ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO SOCIAL FAMÍLIA	51
Capítulo 4. A PESQUISA E OS RESULTADOS DA COLETA DE DADOS	57
4.1 Residência	57
4.2 Habitação	61
4.3 Idade	66
4.4 Familiares no tráfico	70
4.5 Drogas: consumo e comércio	76
4.6 Escolaridade e ocupação	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da população rural e urbana do Estado do Espírito Santo (1940 – 2010)	24
Gráfico 2 – Município de Residência dos Entrevistados, 2009/2010	59
Gráfico 3 – Situação de Companhia do Entrevistado na sua Residência, 2009/2010.	63
Gráfico 4 – Idade dos entrevistados, 2009/2010.	68
Gráfico 5 - Causas de Mortalidade Jovem e Não Jovem (em %). Brasil, 2008	69
Gráfico 6 – Envolvimento de parentes dos entrevistados com o tráfico, 2009/2010.	71
Gráfico 7 – Quantidade de pessoas viventes nas residências dos entrevistados, 2009/2010.	74
Gráfico 8 – Situação de uso de drogas pelos entrevistados, em números absolutos, 2009/2010.	76
Gráfico 9 – Tipo de droga comercializada pelo entrevistado, 2009/2010.	81
Gráfico 10 – Escolaridade respondida pelo entrevistado.	82
Gráfico 11 – Motivos apresentados pelo entrevistado para o abandono escolar.	83
Gráfico 12 – Profissão exercida pelo entrevistado antes da sua prisão.	84
Gráfico 13 – Entrevistados que informaram sobre sua renda antes da sua prisão.	85
Gráfico 14 – Valor da renda familiar auferida e a renda per capita	86

Quadros

Quadro 1 – Município de Residência dos Entrevistados, 2009/2010	58
Quadro 2 – Unidades da Polícia Militar e Efetivo Previsto, 2010	61
Quadro 3 – Chefia de Domicílio, por sexo, 1996-2008	64
Quadro 4 – Rendimento nominal mensal das mulheres, 1991-2000	65
Quadro 5 - Estrutura da Mortalidade: Participação (%) das Diversas Causas. Por UF e Região	69

INTRODUÇÃO

Mesmo com a solidificação do regime político democrático e o conseqüente alargamento dos direitos e garantias, temos que considerar um vórtice crescente de violência criminal que assola e assusta os grandes centros urbanos, gerado principalmente pelos elementos constituintes do tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e toda criminalidade que orbita ao seu redor, consolidando uma mentalidade urbana calcada no medo. Diversos fatores, escudados por múltiplos aspectos criminológicos e na fragilidade do poder público em formular competentes políticas de segurança, culminam por atrair todos aqueles que vislumbram na atividade delituosa uma oportunidade de auferir rendimentos outrora inimagináveis, além das possibilidades de ascensão social dentro do seu meio e alcançar padrões sociais de consumo e aceitação.

Essa situação é fruto da efêmera riqueza e da ostentação de símbolos de poder, tal como são as armas, objetos de necessidade aos grupos de comerciantes de drogas para garantirem suas posições de venda, mas que também representam a força de controle, pois muitas destas armas transcendem o poder de resposta estatal. E finalmente a violência que coroa este meio. A forma como são tratados os pactos comerciais deste ramo de delinquência, a inadimplência e sua não tolerância, pois a autotutela nestes casos redundam em demonstrações de violência, tais como homicídios ou punições crudelíssimas. Há também os embates entre grupos rivais, tanto pela disputa territorial, quanto para a definição da hierarquia o que provocam a vitimização considerável entre os infratores e os elementos da comunidade a volta. Adita-se este estado beligerante posto, com as costumeiras políticas estatais de enfrentamento, onde as policias adentram no campo de forma belicosa para apenas potencializar a violência, causando e recebendo baixas.

Mesmo sob este panorama pouco favorável, torna-se cada vez mais comum a inserção de diversas pessoas no tráfico de drogas que acabam por ter uma vida criminosa chancelada pela família, que por medo ou por necessidade de complementação da renda, permitem a conduta delituosa de um dos seus. E este resultado se segue até que ocorra a detenção do infrator pelo Estado ou sua morte.

Deste modo, a relevância deste estudo advém da perscrutação dos fatores que impõem a inúmeras famílias da região metropolitana capixaba a aceitação da

conduta delituosa de um dos seus membros, a tal ponto de absorver as possibilidades de morte ou prisão daquele individuo e mesmo depois da desdita ocorrida, ingressar com outro membro na atividade criminosa, até mesmo em substituição àquele que foi preso, apreendido ou morto.

A idéia de realizar uma pesquisa sobre a interferência sobre o tráfico de drogas na constituição de algumas famílias capixabas, em especial as da grande região metropolitana, surgiu há alguns anos, após cursar uma graduação em ciências jurídicas e especialização em Direito Público pela Faculdade de Direito de Vitória. A busca pelo conhecimento jurídico era visto como uma possível janela para entender os problemas sociais percebidos no exercício da profissão policial que permitia um contato com a realidade exclusiva de um enorme contingente de segregados sociais que vivem nas franjas da cidade. Essas populações, para obter um mínimo de convivência e urbanidade negados pelo Estado e pela sociedade, acabam por criar diversos arranjos e associações simbólicas, conforme ZALUAR(2004, p.196) se refere aos “etos de virilidade”, fazendo correlação com sustento, uso da arma de fogo, poder, o risco de morte, enfim diversos dispositivos legais e ilegais para sua sobrevivência e dos seus.

Levando-se em conta o contexto acima exposto, a relevância do trabalho está em contribuir para a análise de um fenômeno cada vez mais presente na sociedade contemporânea. Em um país com altos índices de desigualdade social, é fundamental compreender a dinâmica das relações entre os elementos de uma família com um ou mais componentes envolvidos com a criminalidade.

A escolha do objeto de estudo também se justifica pela oportunidade deste pesquisador atuar como policial militar, lotado em unidade operacional que coabita regularmente com estes atores, tanto no seu local de convívio quanto nos estabelecimentos de detenção. Essa particularidade permitiu observar e obter dados para fins de compilação e análise sobre a quantidade de famílias que possuem mais de um de seus membros, em linha direta de parentesco, em situação delituosa de tráfico de entorpecentes e os crimes conexos, assim como as condicionantes que os conduziram para a criminalidade e os fatores que para a aceitação familiar deste ente delituoso. O contexto de formalização da atividade criminosa é tão intenso em determinadas comunidades que em uma das diversas incursões policiais feitas dentro destas localidades, foram vistos meninos em tenra idade, não mais que sete

ou oito anos, portando em suas mãos pequenos invólucros plásticos, muito semelhantes aqueles que os infratores utilizam para acondicionar drogas e facilitar sua venda. Ao perceberem a presença policial, os meninos correram, mas pela baixa estatura foram facilmente alcançados. Ao serem revistados identificou-se que levavam pequenas sacolas plásticas idênticas aos “sacolés” de drogas, mas com pó de achocolatado. As crianças estavam brincando de ser traficantes. Perguntados o porquê da fuga já que não tinham nada de ilícito consigo, responderam em um só coro: “você são polícia e nós os bandidos!”.

A pesquisa baseou-se nos objetivos de compreender o fenômeno social e suas condicionantes que conduzem indivíduos inseridos dentro de estruturas familiares ao tráfico de drogas ilícitas dentro da região metropolitana capixaba e as conseqüências decorrentes e posteriores a este grupo. Para tanto foi alvo desta pesquisa a identificação dos fatores que influenciam o ingresso na atividade delituosa de tráfico de entorpecentes, quantos grupos familiares dentro da região metropolitana da Grande Vitória possuem mais de um de seus membros, em linha de parentesco, em situação delituosa de tráfico de entorpecentes e os crimes conexos e a avaliação os efeitos que esta atividade ilegal traz aos membros deste grupo familiar metropolitano capixaba.

Foi utilizado como referencial o processo histórico de modernização da sociedade contemporânea capixaba sob os efeitos de uma industrialização e um adensamento das cidades da região metropolitana e os efeitos para a sociedade e para a família capixaba por SIQUEIRA, a criminalização intensa verificada nas classes marginalizadas e das atividades ilícitas exercidas por elas, em especial, do comércio das substâncias entorpecentes por ZALUAR, MISSE e outros. Por fim, compõe ainda a análise da relação entre o delito e sua interferência na constituição de determinados grupos familiares dentro da Região Metropolitana da Grande Vitória.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Buscou-se pela metodologia uma pesquisa bibliográfica focada nas Ciências Sociais que faz menção sobre os assuntos família, violência, sociedade, cidades relacionando com um levantamento acadêmico sobre as drogas e a forma que elas

se inserem nos assuntos supracitados, esta parte vinda mais da prática e do conhecimento adquirido na atividade policial, visando alcançar o objetivo deste trabalho.

Tornando para a pesquisa bibliográfica, esta se fundou na leitura de livros, textos, revistas, periódicos e outras fontes de dados para identificar os nuances que o fenômeno do tráfico de drogas traz para uma família onde um de seus membros exerce de alguma forma, atividade correlacionada a ele. Neste contexto, foi utilizada a técnica de pesquisa qualitativa, para interpretar os fenômenos sociais que cercam o tráfico de drogas, trazendo significação ao processo de pesquisa, o que leva a uma proposição explicativa, identificando os fatores que compelem a determinados grupos sociais trilhar por caminhos de ilegalidade, violência e criminalidade e mesmo quando cerceados de liberdade por ação do Estado ou vitimizados pela beligerância intrínseca, outro parente acaba por substituí-lo.

A segunda fase consistiu do levantamento do público alvo para a aplicação de um questionário contendo questões que trouxessem lume a pesquisa, como diz GIL (1999, p. 124) "o questionário constitui hoje uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais". Para identificar com mais facilidade os transtornos que a atividade delituosa de tráfico de drogas traz a uma família, as entrevistas foram focadas em reclusos do sistema penal localizados na região metropolitana da Grande Vitória, envolvidos com este determinado delito. Esta escolha também foi justificada pela impossibilidade de inserção no meio do tráfico sem representar risco alto.

Para identificar um número representativo do fenômeno ora abordado, foram utilizadas informações colhidas junto ao Sistema Integrado de Informações Penitenciárias responsável pela integração dos órgãos de administração penitenciária de todo Brasil. Foi criado um banco de dados unificado, com mecanismo de comunicação entre os órgãos de administração penitenciária, o INFOPEN que indica para os dados de junho de 2010, de um espaço amostral de 10.803 detentos do sistema prisional capixaba cerca de 3570¹ pessoas encontra-se detidas por envolvimento com drogas, lembrando que a retirada de imposição de

¹ Dados coletados no sítio do Ministério da Justiça Referência:12/2010 dfahttp://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm acessado em 20 de janeiro de 2011.

pena cerceadora de liberdade para o uso de drogas afasta deste contingente de pessoas que de fato não estejam envolvidas com o tráfico e seus delitos conexos. Foi estabelecida a amostra inicial em cinquenta pessoas que atenderiam ao foco da pesquisa como uma amostra representativa. Posteriormente, verificando nas entrevistas a necessidade de realizar complementação dos dados coletados no questionário, socorrendo-me aos dados contidos nos prontuários psicossociais e outras fontes como um link para consulta na internet disponibilizando dados interligados dos órgãos de Segurança Pública dos estados da federação denominado INFOSEG. A abordagem qualitativa restringiu-se a trinta entrevistados que residem na região metropolitana e encontram-se detidos ou apreendidos por tráfico de drogas.

O próximo passo foi estabelecer os quesitos constituintes do questionário, que identificasse em uma entrevista semi-estruturada as informações para alcançar suficiente resposta aos objetivos deste trabalho. Que fosse possível coletar os motivos de incursão no tráfico de drogas, as possibilidades que isto acarreta e as possíveis demandas que levam outros membros do grupo familiar a enveredar pela mesma atividade.

Foi obtida autorização da Secretária de Estado de Justiça para realização das entrevistas e ficou a cargo das direções de cada instituição prisional a forma como seriam realizadas. Ressaltam-se os benefícios do contato direto com a população carcerária que trouxe respostas e completou diversos hiatos do intrincado mundo das drogas, da criminalidade. A dinâmica da coleta de dados exigiu vários ajustes no instrumento durante as entrevistas, em face da grande quantidade e qualidade de informações obtidas, uma infinidade de partes soltas de um mosaico que apontam para alguns condicionantes para o ingresso e permanência de um número cada vez maior de pessoas em uma atividade criminosa. Conforme estabelece ROESCH (2005), o questionário é um instrumento de pesquisa que procura mensurar algo. A pesquisa procurou valer-se da observação e da persuasão para captar os dados relevantes para o estudo, tal qual foi sugerido por GRILLO(2008, p.6):

[..]a observação participante oferece ao pesquisador um rico contexto de experiências que lhe possibilita dar-se conta de fatos incongruentes e não explicados, sensibilizando-o para as suas implicações e conexões com

outros fatos observados, impulsionando-o a revisar continuamente as suas orientações teóricas e as questões de pesquisa.

Precipualemente foram estabelecidos alguns aspectos éticos que não poderiam ser flexionados sob pena de eivar de vício a dita pesquisa. Foi colocado como procedimento o sigilo da identidade dos entrevistados e de identificação dos demais dados informados. Sempre no início de cada entrevista, mesmo ambos os lados cientes que a identidade do entrevistado era facilmente conseguida, procurou-se tranqüilizar o entrevistados que as anotações feitas ocorreriam sem a transcrição de nomes, de endereços para salvaguardar seus direitos, interesses e sensibilidade, protegendo sua privacidade, pois era de conhecimento mútuo que a publicidade daquelas informações colocaria em risco os entrevistados e todos os demais que os cercam. Daí o primeiro momento tinha por função descobrir uma forma de colocar o entrevistado à vontade perante a entrevista, mostrando a finalidade da pesquisa, a forma como ocorreria, a não necessidade da resposta das perguntas e a total preservação do anonimato, fator primordial para consecução da confiança.

Outra condição que se manteve foi o fato da condição da identificação do entrevistador ser policial, evitando apenas os trajes formais da farda. Mesmo pela repulsa natural do interno, apenado ou não, pela autoridade estatal do “polícia”, responsável pela quase totalidade de detenções, era necessário garantir a franqueza e a veracidade da entrevista, inclusive sobre a função do entrevistador, fato posto em segundo plano simplesmente pelo fato dos trajes civis afastarem a visão antagônica e repressiva da farda. Ir com roupas civis formais, um traje social trouxe aos entrevistados uma tranqüilidade que não é conhecida perante o policial militar fardado.

Apesar do fato de que as pessoas envolvidas neste estudo representarem um grupo vulnerável suscetível a violência extrema pelo seu histórico de vida pessoal que trazem o temor de expor suas vidas além muros, que possam trazer algum comprometimento aos processos judiciais ou que possam vir a sofrer algum tipo de represália, passado certo tempo e sentindo, por impulso próprio, a confiança e o desinteresse de revelar para suas vidas para fins policiais, judiciais ou de represália, passam a participar voluntariamente. Óbvio que a condição de coletor de informações permitiu uma possibilidade para o interno desaguar toda sorte de reclamações em relação ao sistema prisional, os maus tratos por parte da

administração carcerária, o desconhecimento das suas situações processuais, o afastamento ou total abandono familiar, de suas companheiras. Esta parte teve de ser anotada com fins de interação, mas não foi assimilada pela pesquisa.

Há que se ressaltar também que a realização da entrevista dentro das instalações de um presídio fez com que o interno se sentisse, de certa forma compelido ao acatamento das ordens/perguntas com razoável facilidade, em parte pela ambientação favorável acima exposta, em parte por ela acontecer dentro do sistema. O presídio remonta bem o ícone do poder disciplinar do ambiente para com o homem, impondo ao interno mais um ditame posto pela disciplina prisional, a exteriorização do poder em relação ao preso/homem, um ser moldável ao ambiente que lhe é imposto. FOUCAULT (2000, p.73) comenta sobre o poder no interior das prisões:

O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais íntimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente justificado, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do bem sobre o mal, da ordem sobre a desordem.

As entrevistas ocorreram em dois locais distintos, ambos autorizados pela Secretária de Justiça. Ao primeiro local, refere-se ao Presídio de Segurança Máxima I – PSMA I, localizado no complexo penitenciário de Viana, município da região metropolitana Vitória, em uma localidade rural do município. Comporta cerca de sete unidades prisionais de graus distintos de segurança, inclusive uma colônia penal agrícola para internos em regime semi-aberto. Para o PSMA I, trata-se de um presídio que comporta um total de quinhentos internos distribuídos em celas para ocupação máxima de quatro. A estrutura é disposta de circuito interno de TV com sessenta e quatro câmeras que controlam as atividades das quatro alas, espaços e salas para a administração, alojamento para agentes, ambulatório com consultório médico, psicológico e atendimento odontológico, pessoal técnico da unidade e área de segurança, quatro salas para fins pedagógicos e educacionais, uma sala de múltiplo uso e uma biblioteca, salas para assistência social e jurídica, defensoria pública e assistência psicológica, além de áreas de visitas para familiares e seis quartos para encontros íntimos cada ala o que atende aos parâmetros do

Departamento Penitenciário Nacional naquilo que se define como unidade prisional modelo.

Apesar de terceirizado, a direção do PSMA I é de responsabilidade de servidores da Secretaria da Justiça, além disso, os agentes que fazem a guarda armada nas muralhas das unidades também são servidores estaduais, restando aos demais serviços, inclusive a manutenção da estrutura a cargo da empresa terceirizada denominada Instituto Nacional de Administração Prisional – INAP. Para acessá-lo é necessário passar pela portaria principal, um ponto de abertura na cerca dupla de arame farpado que cerca todo o perímetro do complexo. Neste local é feita a triagem das pessoas e veículos autorizados e a revista dos veículos. Já no interior do complexo, cerca de dois quilômetros a frente chega-se ao portão de entrada do PSMA I. De fato o portão presta-se apenas para utilização das viaturas de transporte de alimentos e de internos. A entrada para as pessoas fica em um local onde após prévia identificação e seqüente vistoria em detecção de metais, onde não se permitem a entrada de objetos metálicos mínimos como relógios, canetas, isqueiros e outros.

Como a entrevista havia sido autorizada pelo órgão gestor do Estado, foi permitido o acesso até outro setor que protegido por mais um portão trancado que resguarda a parte administrativa, onde ocorrem as entrevistas aos presos recém chegados ou aqueles que acessam os serviços sociais e necessitam de acompanhamento psicológico ou social, algo que até facilitou a condução dos internos para a entrevista, pela possibilidade vislumbrada pelo interno em ser atendido, ouvido.

O traslado do interno é monitorado e as interlocuções são acompanhadas pelos agentes prisionais, na sala destinada as entrevistas psicossociais.

Já a entrevista realizada com os menores reeducandos, em conflito com a lei, ocorreu no Instituto de Atendimento Sócio Educativo do Espírito Santo, uma autarquia que veio substituir outros modelos de instituição de atendimento a menores infratores, como a outrora Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor ou FESBEM e Instituto Espírito Santense do Bem-Estar do Menor, IESBEM. A atual estrutura que têm como meta as ações de planejar, assessorar, coordenar e articular a execução das medidas sócio-educativas, assim como promover a defesa dos direitos do adolescente em conflito com a lei recebe todos os menores apreendidos

por estarem em conflito com a lei que cometeram um ato infracional de gravidade, no qual a autoridade judicial entendeu ser necessário o seu recolhimento para o cumprimento de medidas sócioeducativas. As instalações remontam dos antigos prédios públicos, similar aos nosocômios, com corredores e amplos dormitórios que atendiam mais aos casos de menores abandonados pelas famílias e deixados ao relento das ruas e foram com o tempo e pela necessidade sendo refeitos com a inserção de paredes e grades, já para atender os menores que cometiam alguma infração. As janelas amplas deram lugar a pequenas escotilhas ou grades e barras de ferro. Os prédios vivem em constante reforma para o atendimento das necessidades ou para reparo das constantes rebeliões.

Por decisão unilateral da Diretoria daquele centro, entendeu-se melhor a aplicação do questionário através da leitura dos quesitos através de uma assistente social, podendo o pesquisador apenas acompanhar visualmente a entrevista. Os procedimentos de segurança são similares a um estabelecimento penal, mesmo que a temática, a intenção sejam outras. Muitas grades e cercas separam os ambientes que levam até a uma sala na administração onde ocorrem as entrevistas iniciais, quando da chegada do reeducando ou para as reuniões de terapia de grupo, atividade desenvolvida pelas assistentes sociais da instituição com diversos menores. A sala ampla permaneceu com uma cadeira mais ao fundo e a assistente social junto a uma mesa e uma cadeira onde sentaria o reeducando.

Logo de início foi verificado considerável desconforto de todos os partícipes do aludido evento. Ao entrevistado, a presença lacônica de uma pessoa estranha ao sistema, mesmo em trajes civis, trazia certo tom de censura e vigilância ao feito, produzindo o conhecido processo de negação e mudez forçada, pois o melhor alvitre nestas condições é o silêncio, afastando as possibilidades de “falar de mais” e ser visto como um delator, um alcagüete, um “x-9”². Tal postura de mudez forçada justifica-se pela imagem diferenciada que o elemento estranho e diferente representa naquele universo. Não sendo funcionário, pois assim estaria uniformizado, tampouco advogado, porque também não vergava a indumentária característica, culminava por mostrar a diferença, provavelmente um agente

² Secret Agent X-9 é um personagem de histórias em quadrinhos criado por Dashiell Hammett e publicado no Brasil pela Ebal e pela RGE nos anos 40/50, e nos anos 70 pela Editora Saber. Na linguagem popular significa o cagüete, o dedo duro, que delata as autoridades públicas as atividades criminais desenvolvidas, geralmente em troca de favores ou por dinheiro. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Agente_Secreto_X-9. Acesso em 20 de agosto de 2011.

institucional, talvez um representante da Lei, portanto contrário e suspeito dos propósitos, não merecedor de qualquer informação que possa lhe facilitar.

Iniciando as entrevistas, foi designada uma assistente social que rogou por não lançar seu nome neste trabalho, talvez por temer por represarias conforme se segue.

Ao adentrar o primeiro reeducando, restou o cumprimento de uma tarefa que transpareceu a assistente social ser enfadonha, algo repetitivo que ela fazia meramente pela obrigação protocolar da ordem recebida pela direção ao pleito. Enquanto as perguntas aconteciam, o questionário se desenrolava, foi percebida a dificuldade da aplicação por terceiros daquele questionário que considerava capaz de extrair os dados que buscava. A cada pergunta feita, seguida da resposta atravessada do reeducando entrevistado, percebia a distância cada vez maior daquilo que pretendia. Perguntava-se qual era a renda familiar do entrevistado antes de ser apreendido e pela imprecisão de sua resposta, a assistente culminava em forçar a resposta e estabelecer uma referência em salários mínimos daquilo que foi dito. Aquilo incomodava, forçando a tomar anotações próprias e depois emendar a entrevista feita.

Após a segunda entrevista e verificando o possível fracasso da coleta dos dados, foram repassados novamente à assistente social quais eram os objetivos da pesquisa e a intenção de cada pergunta. Foi sopesada a presença de uma pessoa estranha no ambiente da entrevista, o que deixou apenas o entrevistado e a assistente social na sala de entrevista. O pesquisador e agente prisional passaram a acompanhar as entrevistas por um visor unilateral de uma sala anexa a aludida sala.

A medida surtiu efeito dando relativa liberdade e descontração ao entrevistado. Perguntas chave na entrevista sobre qual substância entorpecente foi o motivo de sua apreensão trazia, muitas vezes, respostas compostas, com dois tipos de drogas, apesar da ênfase da anotadora em ressaltar apenas uma delas. Outro quesito de suma importância, sobre quantos detidos familiares o entrevistado possuía por conta do tráfico de drogas, a resposta negativa deste tinha que ser sucedida da pergunta se seus familiares estariam no tráfico, mesmo não sendo presos por isto. Neste ponto houve certa insistência por parte da assistente social que acabava por forçar uma resposta, que vinha entre risos envergonhados ou pela desconfiança aberta do teor da pergunta e da insistência. Isto teve um resultado

derradeiro quando um reeducando selecionado pelo fato de ter sido apreendido cometendo tráfico de drogas, única condição colocada para a seleção de entrevistados, durante a entrevista, partiu contra a assistente social e com a cadeira em punho, tentou arremessá-la, não vindo a fazê-lo porque os gritos de socorro trouxeram os agentes para o interior da sala e dominaram o pretense agressor.

A entrevista feita no sistema prisional de Viana trouxe outras perspectivas à pesquisa. Foi possível o contato direto com os internos detidos provisória e definitivamente por tráfico de entorpecentes. Diferente do contato com os reeducandos, menores que talvez buscando uma forma de auto-afirmação, passavam a falar sobre quantidades e atos criminosos como se fossem ações de valentia e coragem, mas ao serem questionados amiúde sobre tais atos, acabavam por contrariarem-se, os detentos tinham postura acanhada, lacônica, de pouca explicação para as perguntas, tendo sempre respostas feitas, rápidas e concisas quando conseguidas. Nestes casos, a possibilidade aberta de realizar a entrevista permitiu aprofundar os quesitos de tal forma que pudesse preencher algumas lacunas identificadas no questionário, conforme havia dito. Identificar quantidades de droga apreendida e situações familiares de permanência na atividade do tráfico somente foram possíveis pela técnica de permitir que o entrevistado expusesse seus reclames, os problemas da prisão e os entraves jurídicos de suas penas, o que mais incomodava, permitindo uma pesquisa um pouco mais persuasiva, abandonando o laconismo para uma participação ativa.

CAPITULO I - AS DROGAS NA CONTEMPORANEIDADE

Através do amparo da vasta bibliografia, aditado as experiências pessoais e aquilo que foi coletado nas entrevistas foi possível realizar um recorte bem fidedigno da complexidade do fenômeno do comércio de drogas ilícitas, suas particularidades, estrutura organizacional, o que ZALUAR(1998, p. 296) chama de "indústria da droga" que "para gerir o tráfico, cria seu próprio código, regras militares de lealdade e submissão, e distribui fartamente armas de fogo moderníssimas" os efeitos do envolvimento no contexto social. Além disto, coube buscar justificção para localização do tráfico de drogas dentro dos pontos marginais da cidade como os subúrbios e favelas, resultado de um crescimento desmedido do centro urbano metropolitano capixaba. Por fim, é necessário dissecar o elemento família que sofreu profundas modificações nas ultimas décadas o que por certo também catalisou fatores influentes no objeto deste trabalho.

1.1 Grande Vitória

A ilha de Vitória³ e seus arrabaldes apresentam uma caracterização físico-territorial bastante peculiar o que promoveu a construção e a ocupação do seu espaço urbano atrelado a algumas especificidades. Vitória, juntamente com os municípios de Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha, formam o que se convencionou chamar de Grande Vitória, uma delimitação territorial distinta do que atualmente se chama de Região Metropolitana da Grande Vitória. A região da Grande Vitória foi inicialmente identificada como uma microrregião homogênea, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mas para atender o desenvolvimento e organização de políticas públicas de interesse comum no âmbito metropolitano, mais uniformes para esta região, incluiu-se os municípios de Fundão e Guarapari para a renomeada Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, uma área bastante adensada, com cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes para uma pequena

³ O Município de Vitória é formado por um arquipélago de 34 ilhas, cercada por manguezais, rios e baías, mais uma porção continental. Seu litoral é bem recortado e, além de larga costa, Vitória possui 40% do território coberto por morros [http://pt.wikipedia.org/wiki/Vit%C3%B3ria_\(Esp%C3%ADrito_Santo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Vit%C3%B3ria_(Esp%C3%ADrito_Santo)) acesso em 22 de janeiro de 2011.

área representativa de cerca de 4,97% da área total do território do Estado do Espírito Santo.

O recorte temporal capaz de descrever a evolução espaço urbano do estado do Espírito Santo e que atenda o objetivo deste trabalho pode ter início a partir da metade do século XX, época em que o estado detinha exclusivamente sua economia baseada na produção agrícola monocultural do café que ocorria sem incremento algum de progresso tecnológico, sendo cultivado com emprego, na sua quase totalidade de técnicas e mão de obra familiares de plantio que tornavam o solo com baixa fertilidade, propiciando à cultura um cunho expansionista, de certa itinerância as famílias que buscavam novas terras, aos moldes do dito por ALMEIDA(2009, p.73):

A cultura do café, bem como a chegada do imigrante para trabalhar na terra, anteriormente desocupada, foram responsáveis pelo alargamento do território capixaba produtivo e povoado, pois até então o crescimento populacional correspondia a uma lógica de lentidão e descompasso, concentrado em Vitória.

A distribuição populacional permaneceu mais para as regiões rurais, restando na capital, apenas aqueles envolvidos com o comércio ou com as atividades ligadas a administração política do estado. A escolha geral pela cultura predominante do café se dava pela sua grande demanda em outros países pelo produto, o que permitia a exportação de quase toda produção, cabendo ao centro urbano da época, Vitória e arrabaldes, deter para si não só a sede da burocracia administrativa da capital do Estado, mas também lócus de certo acúmulo financeiro, conforme TEIXEIRA apud ALMEIDA(2009, p. 73):

O café projetou uma nova fase para economia do Espírito Santo, pois ampliou os negócios, voltou-se para o setor exportador e contribuiu para o aumento da arrecadação (TEIXEIRA, 2008). Assim, a cidade impulsionada pela dinâmica do café, com um traçado urbano carregado de elementos coloniais, viu-se diante da necessidade de renovar-se.

Estes fatores transferiram o núcleo central de importância econômica do campo para a cidade, pois Vitória não produzia café, mas o beneficiava de tal forma que por seus portos seguia o café para além-mar, atendendo as exportações. Esta migração de importância, confirmando a região da capital e seu entorno a simbologia do poder econômico e político do estado não garantiu sensível crescimento populacional e desenvolvimento ao Estado conforme atesta SIQUEIRA(2009, p 2).

Até o final da primeira metade do século XX o Espírito Santo vivia uma situação de isolamento em relação às demais regiões brasileiras, agravada pela ausência de infra-estrutura disponível que viabilizasse condições de crescimento e maior integração nacional. A economia era estagnada e seus índices de crescimento eram pequenos em relação às médias do país. O grau de industrialização era inexpressivo e intimamente ligado à transformação de produtos primários.

Como se vê a concentração de capital em Vitória não propiciou partida para o desenvolvimento industrial, trazendo ao estado certa acomodação econômica e determinada concentração de capitais nas famílias tradicionais que já vinham do período cafeicultor exclusivamente rural. Esta condição somente se alteraria quando o Espírito Santo foi assolado por uma crise que se abateu sobre a produção cafeeira nacional, causando a queda no preço do café e a conseqüente crise no mercado. A estagnação econômica seguiu, compelindo, segundo ALMEIDA (2009, p. 83), “os investidores (empresários) locais que se envolveram largamente com a exportação do café” a alterarem o rumo econômico capixaba, acompanhando a explosão desenvolvimentista que assolou o Brasil para década de sessenta, conforme PASSOS (2005, p.67):

É nesse contexto que se efetiva a grande mudança na economia capixaba, coincidindo com um crescimento explosivo da economia brasileira. Acontece, nesse momento, uma mudança do padrão produtivo do Estado do Espírito Santo – um salto significativo da agricultura para a indústria. Passa-se de complexo cafeeiro para complexo industrial-exportador. A economia capixaba passa a se integrar a lógica de expansão planejada da economia brasileira, por meio dos investimentos oriundos dos chamados Grandes Projetos.

Neste contexto é que o Espírito Santo mantém parte de seu desenvolvimento atrelado a produção agrícola, em especial a cafeeira que segue e passa também a ser alvo da implantação de grandes projetos industriais voltados para a exportação de commodities, em especial o minério de ferro extraído de Minas Gerais, parte pela condição natural do estado de ser o ponto mais próximo de escoamento da produção de minérios com o mar, para seguir via marítima aos países consumidores. Com este incremento, a exportação de commodities e a agricultura, propiciaram um rápido crescimento econômico do estado, fazendo saltar aos olhos da população de estados circunvizinhos as possibilidades de emprego e vida no estado. Esta evolução fabril foi fruto de um processo de expansão patrocinado por incentivos fiscais criados pelas instituições financeiras de desenvolvimento do Espírito Santo visando fomentar a instalação de grandes empresas como a Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Samarco Mineração, tendo como pano

de fundo a necessidade mundial, em relevo a demanda estadunidense, por minério de ferro para fornecimento de aço às indústrias, aliado a uma política agressiva de preço das estatais brasileiras (CVRD, 1992).

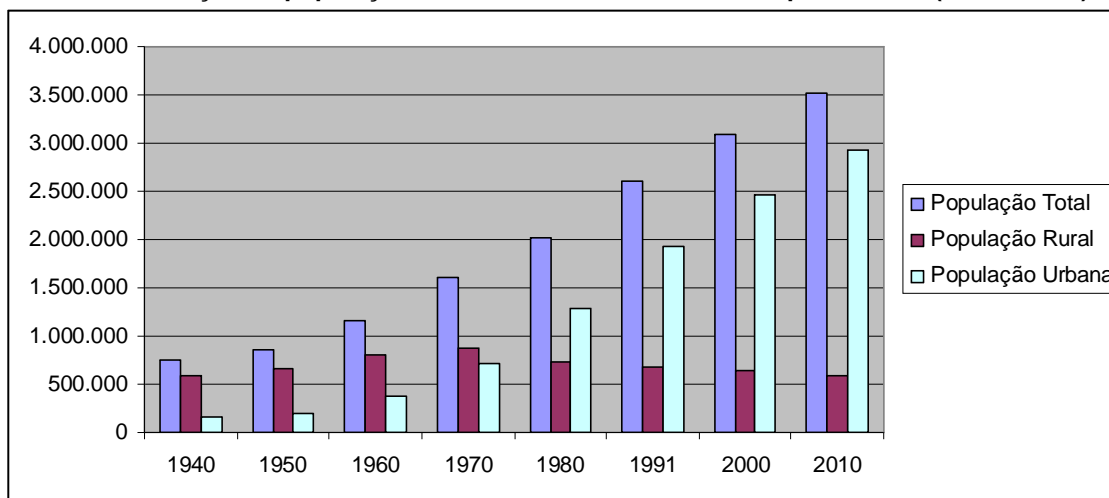
Devido a este fortalecimento do processo de industrialização, ressalta-se o incremento definitivo do deslocamento do centro dinâmico das regiões rurais para a região metropolitana. Os grandes produtores rurais que ainda se mantinham junto a suas fazendas e já não tinham rumado para a capital e arrabaldes, neste momento acompanham as ânsias de outros tantos pequenos produtores e seguem para a cidade, local de possível prosperidade. Isto ocorre também, segundo SIQUEIRA (2001, p. 52), como resultado de uma nova política estatal de erradicação dos cafezais que já detinham uma baixa produtividade em relação a outras regiões do país. Esta desestruturação de uma das bases produtivas capixaba promove a mão-de-obra excedente a evadir-se das áreas rurais e rumarem para os centros urbanos na busca de oportunidades de trabalho. Este fluxo migratório se dirige, no Espírito Santo, para a região da Grande Vitória, locus preferencial que apresentava maior dinamismo no Estado, com possibilidades de emprego e sustento já não mais existentes nas roças de café. Sobre a erradicação cafeeira e a conseqüente crise econômica que assolou o Espírito Santo, ROCHA, segundo MORANDI (1991, p. 57) discorre:

A crise social gerada pela erradicação é o aspecto mais ressaltado e se expressou de forma dramática na substancial redução de renda e do emprego, o que provocou o empobrecimento econômico e um vigoroso processo de “expulsão” da população do campo para as áreas urbanas. Estima-se o desemprego de aproximadamente 60 mil pessoas, o que, considerando-se uma taxa média de dependência de 3 por 1, mostra ter sido afetado um total aproximado de 240 mil pessoas, sendo que boa parte migrou para as cidades.

Tornando ao processo industrial instalado, esta nova dinâmica expandiu o adensamento populacional na cidade, ultrapassando a população urbana pela primeira vez a população rural, conforme aponta o gráfico abaixo. Justifica-se este aumento populacional urbano pelas necessidades das novas indústrias em compor seus quadros funcionais, requerendo mão de obra para as suas diversas atividades laborais, diretas e indiretas, reforçando a vinda do homem do campo e de tantas outras localidades adjacentes ao Espírito Santo para buscar a possibilidade de emprego em atividades laborais de nível superior, técnico ou apenas braçal. Recém

chegando, este contingente populacional demandou de todo tipo de atenção, em específico, a habitação. Pelo período e pelas características da época, optou-se pelo crescimento horizontal da malha urbana da Grande Vitória sendo a casa e os conjuntos habitacionais baseados em unidades de moradia individual a edificação de construção predominante, em detrimento dos edifícios que por sua tecnologia e emprego de materiais eram mais custosos. Ocorre que os locais planos e postos mais próximos do centro urbano já estavam ocupados e o dito contingente populacional migrante, na sua grande maioria, não dispunha de capital para a compra de uma porção de terra urbana próximo ao centro, permitindo o desenlace de uma cidade formal que adquire seus imóveis em localidades demarcadas e servidas dos serviços e determinada infraestrutura, saneamento e transporte e outra cidade informal, ilegal, irregular, marginal, habitada por camadas populares que obtém a terra por meios informais, ilegais ou semi-ilegais, sendo estes totalmente desprovidos de qualquer serviço público, enfim, estabelecendo novas formas de convivência da antiga cidade para a nova metrópole.

Gráfico 1 - Evolução da população rural e urbana do Estado do Espírito Santo (1940 – 2010)



Fonte: IBGE/DIPEQ/ES/SDDI -2010

Ressalta-se que este processo de espraiamento lançou a população de menor poder aquisitivo em áreas cada vez mais afastadas dos núcleos urbanos de melhor infraestrutura, acarretando um baixo padrão de urbanização dessas áreas e a potencialização dos processos de diferenciação espacial, conforme PASSOS (2005, p.64):

[...] A cidade de Vitória tornou-se pequena para abrigar a ampliação do comércio, dos serviços de moradia e de toda a gama de atividades que surgiram e diversificaram-se com o aquecimento da economia da região. A cidade foi então se expandindo e acabou por transbordar os limites municipais, avançando sobre a área dos municípios contíguos.

A exceção do distanciamento vem com a ocupação dos morros que representam a parte central da capital Vitória e boa parte do centro urbano de Vila Velha facilitando a proximidade com o lócus da metrópole, mas prejudicado pela mesma baixa qualidade de urbanização e carência idêntica nos serviços públicos daqueles que foram viver nas franjas das cidades. A favelização trouxe a reboque outras mazelas sociais. A ocupação desordenada dos morros, semelhante ao que acontecia com as regiões periféricas, através do desmate da vegetação nativa proporcionou mais exposição daquele contingente aos perigos das chuvas e dos deslizamentos das encostas, resultado de um processo anárquico, desastroso e excludente de ocupação do solo, causador de dramas e tragédias a cada chuva que apresente intensidade um pouco maior, tal como ocorreu no morro do macaco⁴. Mais ainda, a vida na favela desprovida de serviços, impondo ao contingente de moradores a inacessibilidade dos empregos formais, imporá a todos a entregarem-se, nas palavras de ALMEIDA (2009, p. 92) aos “conflitos desse crescimento de cidades” onde “destacam-se os assentamentos informais ou irregulares, comprometimento da qualidade urbanística e exclusão social”, um processo descrito por VÉRAS apud DAL POZZO (2010, p.82 e 83) de “subordinar o “social” ao econômico tendo, como resultado, o controle dos dominados por meio da segregação dominante-dominado”, fruto de uma série de fatores estigmatizantes, tais como “problemas decorrentes das imigrações, baixos níveis de escolaridade, formas de privações absolutas como o não acesso a bens e serviços básicos, diferenças raciais e étnicas, etc.”, mas que pela precisão de PAUGAN apud SANTOS (2005, p.3) caracteriza-se pelo “desemprego, as dificuldades de inserção profissional, a perda do domicílio ou o fato de habitar em um local socialmente desqualificado”.

Corroborando com o quadro de exclusão, esta parcela da população é compelida a trabalhar nas indústrias, em funções de baixa remuneração,

⁴Na madrugada do dia 14 de janeiro de 1985, no morro do macaco, localizado em Tabuazeiro, na ilha de Vitória, após uma forte chuva, uma pedra de aproximadamente 150 toneladas deslizou, deixando 40 mortos e mais de 150 feridos. Alguns corpos nunca foram encontrados. Na época, aproximadamente 600 famílias ficaram sem ter onde morar. Fonte: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/01/748002tragedia+do+morro+do+macaco+completa+26+anos+66+familias+ainda+vivem+em+area+de+risco.html acessado em 20 de julho de 2011.

proporcional a escolaridade e conhecimento técnico do então migrante que chega, e para aqueles que não conseguem um emprego formal, subsistir lançados em serviços instáveis ou ao desemprego puro, um estigma reforçador de uma configuração de repulsa social à pobreza, trazendo a pecha de que o pobre assim o é pelo fruto de um não-trabalho e que por ser conseqüência de uma opção pessoal de não laborar, suas mazelas são também um fardo de responsabilidade individual, confundindo ainda mais no conceito geral de pobreza com exclusão e repulsa ao pobre. Se para a primeira pode-se entender como sendo a privação parcial ou total de recursos (materiais ou sociais), fruto de uma estruturação social, a exclusão é a intensificação desta privação de tal forma que se afasta de um determinado indivíduo ou grupo, condições mínimas de subsistir. O local onde o pobre vive pelas dificuldades de acesso aos serviços da cidade acabam trazendo à normalidade local a sujeira, o ócio, a insalubridade, as atividades ilegais, o vício, condutas deletérias que reforçam a visão de exclusão e repulsa de seus habitantes do convívio geral, pois naquele local há condição propícia à propagação das epidemias, além do crime. Ganham a tacha do local de todo mal da sociedade, o gueto de vivência das classes perigosas⁵. Reforça esta visão divisória da sociedade o posicionamento de FOUCAULT Apud COIMBRA(2001, p. 83):

“já assinalava que, a partir do capitalismo Industrial, quando emergem as sociedades disciplinares, as classes dominantes já não se preocupam, como antes, somente com as infrações as normas cometidas pelos sujeitos, mas também com o que eles poderiam vir a infringir. Ou seja, o controle no o que se é, mas também sobre o que se poderá vir a ser; sobre as virtualidades, enfim, Tal dispositivo estará presente em todas as histórias de exclusão e marginalização que marcam o mundo ocidental a partir do século XIX”

Sob a ótica da violência, um fenômeno multicausal, apresentado de diversas formas e com variadas manifestações, relacionado diretamente a noção de agressão, da perspectiva de dano, intencional ou não e sua interações interpessoais no universo social, descrita nas palavras de MISSE (2002, p.1) de que a violência

⁵ No prefácio do livro Operação Rio: o mito das classes perigosas de Cecília Coimbra, James Louis Cavallaro ressalta que a autora traça as origens do pensamento atual, destacando suas raízes inglórias no pensamento do século XIX que tachava as pessoas mais humildes de "classes perigosas" e as áreas de suas residências, de "territórios da pobreza". Tanto as classes perigosas, quantos os territórios da pobreza, representavam ameaças para as classes dominantes, levando, portanto, a medidas de controle ou de eliminação. Essa terminologia encontrava apoio no pensamento higienista do século XIX, e começo do século XX, produto de uma concepção urbanista baseada na medicina, que pregava a eliminação das classes e territórios perigosos da cidade como forma de limpeza do corpo urbano.

seria o emprego da força ou dominação, sendo esta força dissecada por Zaluar apud Lira(2011, p.4) que “força supracitada torna-se violência quando transgride limites ou perturba acordos tácitos, regras ou normas que ordenam as relações sociais. A autora ainda aponta que é a percepção do limite da perturbação e do sofrimento alheio que caracteriza um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente.”

Assim, excetuando os casos onde o Estado exerce a dita violência legal, pois este detém legitimidade para o emprego da força, o Espírito Santo acompanhou o aumento exponencial dos contatos e das interações sociais violentas nas décadas de oitenta, noventa e dois mil, fruto de uma fragilização das relações sociais corroídas também pela favelização e guetização das localidades excluídas socialmente, desprovidas dos serviços públicos e da incapacidade estatal de atendimento a imensa massa populacional, desprovidas de qualquer ferramenta de controle social com ênfase na mediação pacífica dos conflitos, restando apenas as intervenções de força por parte do estado na figura de seus órgãos de segurança, muitas vezes mais violentas que aquelas que a comunidade estava “acostumada” a vivenciar, sujeitando a todos daqueles lugares a uma acomodação com a violência, mitigando os chamados freios sociais e reforçando a perspectiva da autotutela para solução de conflitos, o que fortalece ainda mais a alcunha de classe perigosa pela forma como se adota para a resolução das querelas.

A inabilidade na mediação de conflitos sociais mínimos e sua resolução através de instrumentos de violência reforçaram a marginalização deste determinado grupo social e estabelece um procedimento padrão de violência desmedida por parte dos órgãos de segurança como que apoiado em FOUCAULT(2000, p. 37), que para se garantir a docilidade daquele contingente perigoso de pessoas, a melhor forma de atuação fosse a proporcionasse o sentimento internalizado do medo em sofrer tamanhas penúrias e que assim se alcançasse a concretização do controle social.

“Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; traça em tomo, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados. E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo. O próprio excesso das violências cometidas é uma das peças de sua glória: o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes não

constitui algo de acessório e vergonhoso, mas é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força.”

Como efeito a medida estatal apenas entronizou ao máximo o conceito que pobreza é íntima da criminalidade e com este tipo de mundo, “o mundo cão”, o trato pode e deve ser de violência e segregação. Coroando este apontamento assiste-se nas localidades que cercam a metrópole, a partir da década de oitenta, a extrapolação da taxa dos homicídios⁶, extrato claro e mais marcante da violência e os demais correlatos, tais como os roubos, estupros, as lesões corporais graves, em níveis maiores que muitos advindos de países em franca beligerância, denotando a dificuldade dos habitantes daquelas regiões de segregação de conviverem com as diferenças e as privações oriundas da exclusão em contraste com o apelo de uma sociedade materialista e hedonista, reforçadora de um comportamento individualista, de busca a qualquer custo do saciamento das velhas e novas necessidades elementares.

O represamento das necessidades básicas e materiais, atrelado a impossibilidade de alcance dos meios de trabalho para sua obtenção irá canalizar alguns membros daquele grupo, para atender estas novas vicissitudes, a ingressar na criminalidade, em especial, o comércio de ilícito de drogas ilegais. Giddens(2005, p. 180) bem expressa que a não presença do Estado oportuniza o ingresso na criminalidade, em especial para o caso:

Na perspectiva da teoria do conflito todos os indivíduos são propensos a cometer algum tipo de crime, basta que a oportunidade, de acordo com as situações nas quais as pessoas estejam, assim como, a ausência de algum tipo de controle. Dentro da teoria do controle encontra-se a teoria das “janelas quebradas”, que consiste numa forma de percepção a partir da idéia de que se uma janela quebrada não for consertada, supostamente dará margem para indivíduos desviantes entenderem tal fato como uma oportunidade para praticarem crimes. Isto porque nem a policia, nem mesmo os moradores se preocuparam com a conservação.

⁶ No Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico consta que o Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) atribuiu a Grande Vitória a região metropolitana mais violenta de todo o país, com uma proporção de 60,84 homicídios por 100.000 habitantes para o primeiro semestre de 1999 (2000, p.358) disponível em <http://www2.camara.gov.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoestemporarias/parlamentardeinquerito/51-legislatura/cpinarco/relatoriofinal.pdf> acesso em 20 de janeiro de 2012.

Assim, em uma região adensada, desprovida de serviços sociais mínimos, carente pelos serviços públicos e pelas oportunidades impostas pelo mercado capitalista, clama-se por possibilidades. O apelo destes excluídos foi mal interpretado pela sociedade que já os discriminava como perigosos, potencializando o arquétipo para rebeldes, desordeiros que requerem reação imperativa da força pública para colocá-los no seu devido lugar⁷. A proposta repressora aos problemas de uma cidade partida, de uma sociedade dividida em classes quase estanques vão reforçar a buscas de meios não ortodoxos, tortuosos para que alguns daquela comunidade alcancem possibilidades de subsistência. A grande maioria destes opta por subempregos ou por serviços braçais, artesanais e de serviços que permitam o saciamento de algumas necessidades e a supressão de tantas outras, como o apego ferrenho aos cultos religiosos, castradores de todas as vontades, fruto da impossibilidade de atendê-las com o pouco ou quase nada auferido, originando, segundo sugere PAUGAM apud SANTOS(2005, p.2) uma “nova pobreza”, decorrente da degradação do mercado de trabalho, com a propagação dos empregos instáveis e o grande aumento do desemprego prolongado. Contudo, alguns poucos vislumbraram no advento do crime a capacidade de trazer certa alegria e satisfação como a forma de atender a este nicho de demanda.

A despeito do que GIDDENS (2005, p.176) diz que o “o crime e o desvio são resultados de tensões estruturais e de uma falta de regulação social dentro da sociedade”, estender toda uma comunidade excluída e sem regulação, genericamente, a sua inserção no crime seria no mínimo leviano. De fato apenas uma mínima fração pratica atos delituosos, mas põem todos a mercê dos dissabores inerentes da criminalidade, alterando o contexto de contatos e das interações sociais não só dos atores principais diretamente envolvidos ao tráfico, mas toda a comunidade

⁷ Logo após a abolição da escravidão, em 1888, uma das questões centrais era: quais as conseqüências da abolição para a organização do trabalho? Em um curto passo, a solução encontrada foi a de reprimir a ociosidade, idéia extraída dos pensamentos sanitaristas europeus que tratavam da descrição científica dos criminosos. As “classes pobres e viciosas” (vício, em sua acepção ampla. Não ligada às drogas, e sim referente aos comportamentos), na fala, acima citada, do criminalista, é a casa de “toda sorte de malfeitorias”. Porém, a ameaça não encontrava-se apenas nas questões trabalhistas, os pobres e a massa de escravos libertos representavam uma ameaça a saúde pública. Os médicos (parte da elite intelectual) apressaram-se em encontrar “diagnósticos” da realidade e logo constataram que a falta de higiene, “os miasmas de putrefação” e o descontrole com que se reproduziam os pobres eram fonte de doenças que poderiam infectar. Disponível em <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/2005/05/316683.shtml> acesso em acessado em 20 de julho de 2011.

à volta. Até aqueles que assistiram passivamente a chegada do advento das drogas nas comunidades, passou a ser alvo da nova ordem imposta, as relações de poder, o comércio, o trato com o poder público e seus agentes, o domínio paralelo imposto e as mazelas trazidas.

Retornando, os roubos, furtos, a vadiagem, o jogo ilegal e outras atividades delituosas passam a povoar os guetos em uma simbiose descrita por Zaluar(2007, p.32) “Já que os setores econômicos, sobretudo os ilegais, misturam os mercados formal e informal, tecem vários setores legais e ilegais”, todos estes delitos são laureados de certa violência, fruto da ausência da disponibilidade de atividades laborais formais e que permitam o sustento, somado a falta do Estado em fiscalizar possíveis atos ilegais e distante para mediar os conflitos. A violência, figurada em ações de demonstração de força denotam, por Zaluar (2007, p.33) nas “práticas subterrâneas e violentas de resolução de conflitos: as ameaças, a intimidação, a chantagem, a extorsão, as agressões, os assassinatos e, em alguns países, até mesmo o terrorismo”, mas fruto também de um reforço da lógica do “crime-negócio⁸”, atividade que requer de seus partícipes externalizações de virilidade, demonstrações de poder, de coragem. Trata-se da retratação complexa pobreza, falta de oportunidades, ineficiência estatal em controlar o crime, em especial o tráfico de drogas. Dessa forma inauguram-se o que se veria amalgamado nas décadas seguintes, à explosão das taxas de homicídios, dentre outros crimes violentos, quase sempre ocorridos nas periferias, passando ao ser, ao lado dos históricos problemas, como a habitação, o saneamento e saúde, um dos maiores desafios do poder público ainda hoje.

O advento das drogas, substâncias utilizadas pelos excluídos desde os escravos para saciar a fome, a sede e as frustrações, capaz de trazer certa alegria e satisfação passa a ter papel protagonista no universo da criminalidade capixaba a partir do ponto que os delitos de roubo, jogatina, furtos passam a ser vistos como menos rentáveis e muito perigosos na sua consecução em comparação com o comércio de drogas. Se antes a venda ocorria para alguns poucos, as drogas vão se encaixar perfeitamente no espírito do final do século vinte, na busca frenética pelo prazer pessoal a qualquer preço, sob qualquer dogma, lei ou preceito, para todas as classes sociais. O consumo de drogas, mesmo que ilegal e fortemente reprimido

⁸ Expressão utilizada pela socióloga Alba Zaluar para definir as atividades ilícitas, em especial o tráfico de drogas que traz uma rentabilidade atrativa, tal como um negócio ou emprego formal.

pelos órgãos de Estado passa a ser repostada imediata e rápida a satisfação procurada, mesmo que efêmera por dinheiro, poder ou pelo prazer. O preto velho⁹ da periferia, do mato, usuário de drogas e ervas pelo costume e pela crença passa a dividir o resultado da produção com uma legião de usuários e adictos¹⁰. As bocas de fumo, os pontos de venda surgem nas favelas, morros e periferias, com certo amorismo para atender esta nova demanda, mas com características impostas pelo negócio, como a ilegalidade e a necessidade da execução integral dos tratos entre compradores e vendedores, um elemento reforçador da violência. Melhor, fazem com que os excluídos não tenham mais que descer para pista para alcançar seu sustento. O viciado com dinheiro passa a ir até o gueto para adquirir a droga.

Nesse aspecto a maconha passa a repartir o cenário das drogas com a chegada maciça da cocaína, outrora elitista e cara, pelas grandes quantidades que chegam ao Espírito Santo, puderam baratear e democratizar seu uso. Em poucos anos, semelhante fato acontece com o crack. Substituindo os delinquentes tradicionais que faziam entre outras atividades ilegais o tráfico, surgem os traficantes e seus asseclas profissionais e exclusivos definidos por ZALUAR (2004,P.32), em face da grande lucratividade do negócio:

A droga hoje se associa a uma cultura de valorização do dinheiro, do poder, da violência e do consumismo. Seu comércio, como alhures, tornou-se uma enorme fonte de lucros altos e rápidos (Fonseca, 1992; Salama, 1993) e de violência.

1.2 As Drogas

Sob a denominação de droga é possível abarcar uma série de substâncias não produzidas pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de

⁹ Velhos africanos que viveram nas senzalas, majoritariamente como escravos que morreram no tronco ou de velhice, ícones da cultura africana e usuários contumazes dos hábitos culturais como o uso de fumo de rolo, maconha, ervas e raízes. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Preto-velho> em 22 de janeiro de 2011.

¹⁰ O termo "adição" provém do latim *addictu*, dos tempos da República Romana que significa "escravo por dívidas", denominando o homem que, para pagar uma dívida, se convertia em escravo por não dispor de outros recursos para cumprir o compromisso contraído (GURFINKEL, 1995, p. 109). No Dicionário Aurélio *adição* (1996), significa "adicto" – que é na verdade um adjetivo – e diz respeito a um sujeito: 1. Afeiçãoado, dedicado, apegado. 2. Adjunto, adstrito, dependente; ou então 3. Em medicina é quem não consegue abandonar um hábito nocivo, mormente de álcool e drogas, por motivos fisiológicos ou psicológicos. Daí viria a expressão de indivíduo adicto. <http://www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/5.19.1.htm> em 01 de abril de 2011.

seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento, principalmente cerebral, provocando modificações no estado mental, nas funções do sistema nervoso central. Segundo o Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas em arremedo a Organização Mundial de Saúde – OMS as drogas psicotrópicas ou psicoativas, que alteram de alguma forma o psiquismo podem ser divididas em depressoras, estimulantes e perturbadoras.

Há também a assertiva mais abrangente de LABATE(2008, P.13) sobre as drogas:

Na linguagem mais técnica, "droga" serve para designar amplamente qualquer substância que, por contraste ao "alimento", não é assimilada de imediato como meio de renovação e conservação pelo organismo, mas é capaz de desencadear no corpo uma reação tanto somática quanto Psíquica, de intensidade variável, mesmo quando absorvida em quantidades reduzidas. Nesse plano, estamos falando de substâncias tão diferentes como a cerveja, a cocaína, a jurema e o diazepam. "Psicoativo" é um dos termos cunhados para referir às substâncias que modificam o estado de consciência, humor ou sentimento de quem as usa modificações essas que podem variar de um estímulo leve, como o provocado por uma xícara de café, até alterações mais intensas na percepção do tempo, do espaço ou do próprio corpo, como as que podem ser desencadeadas por alucinógenos vegetais, como a ayahuasca, ou "anfetaminas psicodélicas" sintéticas, como o MDMA, popularmente conhecido como ecstasy.

Porém, as drogas aqui tratadas serão aquelas consideradas ilícitas, tipificadas na norma penal pátria de substâncias ou produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União, conforme prevê a Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, em especial atenção para as drogas maconha, cocaína e crack. As demais substâncias ilícitas que povoam os grandes centros como o ecstasy¹¹, a heroína¹², o haxixe¹³, a metanfetamina e outras ainda não alcançaram o consumo

¹¹ Denominado farmacologicamente como 3,4-metilenodioximetanfetamina e abreviado por MDMA, o ecstasy é uma substância fortemente psicoativa. Duas outras substâncias farmacologicamente e psicoativamente semelhantes podem ser encontradas no mercado ilegal como sendo o ecstasy. Uma delas é conhecida popularmente como Eve e denominada farmacologicamente por N-etil-3,4-metilenodioxianfetamina e a outra é um metabólito ativo conhecido por MDA ou 3,4-metilenodioxianfetamina. Disponível em <http://www.psicosite.com.br/tra/drg/ecstasy.htm>. acessado em 20 de julho de 2011.

¹² A heroína é uma droga do grupo dos opióides, também conhecidos como analgésicos narcóticos naturalmente extraída da papoula, depressora do Sistema Nervoso Central sendo capaz de alterar as sensações de prazer e dor. Disponível em <http://psicoativas.ufcspa.edu.br/heroina.html> em 01 de abril de 2011. acessado em 20 de julho de 2011.

¹³ Haxixe (do árabe *Hashish*) é o pólen extraído das flores da *Cannabis sativa* ou *Cannabis indica* preparado após retiradas as folhas, ficando assim apenas as flores, para maceração e extração do sumo formando bolas ou tabletes endurecidos. Disponível em [32](http://es-</p></div><div data-bbox=)

popular, de forma tão democrática quanto as primeiras, sendo visto seu consumo apenas em eventos e grupos sociais mais elitizados, tanto pela dificuldade na sua obtenção quanto pelo alto preço, não trazendo grande eco para esta pesquisa. Outras substâncias entorpecentes lícitas também encontram grande destaque no universo das drogas psicotrópicas e causam dependência como o álcool, a nicotina, os barbitúricos na forma de antidepressivos, inibidores de apetite, solventes, estimulantes e outras drogas que podem até encontrar um caminho ilegal na sua obtenção, no seu uso composto com outras drogas, mas sua produção e comercialização são chanceladas pelo Estado e não compuseram a base para este estudo, mesmo que se possa especular que os danos causados pelas drogas lícitas são até mais danosos que aqueles em decorrência do ilegal.

1.3 A Maconha

Advêm de uma planta denominada cientificamente como Cannabis Sativa que possui uma substância denominada tetrahydrocannabinol – THC em quantidades aproximadas de 4,5% de todo o material coletado. Sua plantação que aspira certos cuidados iniciais para o crescimento da planta não tem encontrado oportunidades e localidades que favoreçam o plantio em solo capixaba o que remete ao fato que a maconha consumida na região metropolitana da grande vitória advêm de outros estados e quiçá de outros países.

Após a poda das galhas da planta mais folhosas e floridas, em um período propício, o material é posto ao sol para secagem. Desidratado, folhas, sementes e pequenos galhos são prensados, formando pequenos blocos, denominados “tijolos” ou “barras” com peso aproximado de um quilograma que são embalados em invólucro plástico ou até mesmo fita adesiva. É possível, em face maior quantidade de THC em uma planta realizar a extração do sumo das galhas, folhas e sementes e através da prensagem extrair a seiva com mais riqueza de THC, o que produzirá o haxixe.

Suas formas de comércio variam conforme a hierarquia no escalonamento do tráfico de drogas. Para as figuras de um revendedor, um matuto ou para um dono de boca que serão identificadas posteriormente o comércio da maconha acontece

em barras, tijolos ou quilogramas e suas frações, podendo ser repassada nesta mesma forma para os demais atravessadores. Já visando o consumidor final o “tijolo” é cortado em pequenas porções ou tabletes denominados “buchas” que serão embaladas geralmente em sacos plásticos ou embrulhados em papel alumínio. Empiricamente, verifica-se que para uma barra de maconha é possível dividi-la em quatrocentas a quinhentas buchas, desconsiderando a adição de alguns adulterantes como galhos e folhas de outras plantas, orégano, etc.

Sua comercialização no varejo ocorre por “cargas” ou quantidades de buchas estabelecidas entregues aos vapores¹⁴, onde parte da carga pertence ao dono da maconha e outra parte pertence ao vendedor. Geralmente esta divisão ocorre em uma carga composta por treze buchas, onde dez pertencem ao dono da maconha que espera por receber o valor auferido com a venda das dez buchas, enquanto as outras três pertencem ao vendedor para que ele usufrua da forma que lhe convir, vendendo-as ou usando-as.

Seu consumo acontece através do esfacelamento das pequenas buchas de tal forma que seja possível a confecção de cigarros artesanais. É possível ainda a utilização de cachimbos tradicionais ou de água, conhecidos como narguilé ou outros dispositivos para auxiliar na inalação da fumaça proveniente da queima da maconha.

1.4 Cocaína

A cocaína, benzoilmetilecgonina ou éster do ácido benzóico é um alcalóide extraído de uma planta andina com denominação científica de ou indigenamente como coca ou epadú. Suas folhas extraídas possuem a matéria prima *Erythroxylum coca* contendo cerca de um por cento de alcalóide em sua massa. A partir de uma quantidade entre cem a cento e vinte quilogramas de folhagens postas em um recipiente, geralmente um buraco feito no solo e forrado com sacos plásticos inicia-se o processo de fabricação da droga. Antes, as folhas são esmigalhadas. Já no recipiente elas são misturadas a um solvente como gasolina, querosene e cimento. A mistura é filtrada e passada par outro recipiente e acrescida de ácido sulfúrico

¹⁴ Pequeno revendedor de drogas que obtém seu salário da venda de drogas. Geralmente também é usuário daquilo que vende e ao perceber a presença policial se evade, “evaporando-se” do local.

visando acidificar o alcalóide e formar vários compostos solúveis em água, dentre elas o sulfato de cocaína. O líquido é posto em repouso para alcançar o efeito da decantação. É feita uma rudimentar filtragem para separar os sólidos da parte líquida. Passasse ao tratamento com alguma substância alcalina, como cal, carbonato de amônio ou a conhecida amônia, o que resulta na pasta base.

A pasta base serve como matéria prima para a feitura tanto do pó da cocaína quanto para o crack. Daí encontrar em diversas operações policiais a apreensão da pasta base. Outro fator que merece relevo são as grandes quantidades de folhas, solventes e álcalis necessários para a produção da pasta base o que inviabiliza em solo capixaba a existência de laboratórios de refino ou locais de plantio da *Erythroxylum coca*, em face da sua fácil detecção por não ser planta nativa e pelas grandes quantidades de produtos químicos que possuem sua comercialização controlada.

Voltando a pasta base, sua transformação passa pela mistura com solventes orgânicos como acetona, éter, benzol, ou toluol e ácido clorídrico para a obtenção de um sal cristalino que é conhecido como o pó de cocaína. A quantidade dos reagentes para a transformação da pasta base em cocaína também são consideráveis o que dificulta a sua realização pelas dificuldades de obtenção dos produtos.

Com a cocaína pronta, está recebe acréscimos de vários materiais que são chamados de adulterantes. Este “batismo” feito com qualquer material que se assemelhe ao pó fino e branco da cocaína, tais como talco, bicarbonato de sódio, sal refinado, farinha de trigo, fermento, pó de mármore entre outros traz apenas quarenta por cento de pureza ao produto que chega ao consumidor final, transformando um quilograma de cocaína pura em seis ou mais quilogramas. É possível encontrar a adição de materiais que disfarçam o batismo em excesso, aquilo que se denomina no jargão popular de “muito malhada” com a colocação de anfetaminas em pó, anestésicos do tipo novocaína, benzocaina, cafeína e analgésicos.

O comércio acontece tendo como medida o peso da droga. Para os revendedores e matutos a unidade de venda é o quilograma, onde a droga é repassada em sacos plásticos duplamente embalados, reforçados por fitas adesivas pra evitar perda de material e contaminação da droga com outros materiais que

possam ter contato com a droga durante o transporte. Já para o dono da boca e para os vapores a unidade de comércio é o “papelote” ou “sacolé”¹⁵, uma porção próxima a uma grama ou o equivalente a algumas poucas carreiras de pó que é posta em uma pequena sacola plástica juntamente com outras tantas o que vai formar a dita carga. A quantidade de sacolés acompanha a mesma proposta feita ao tráfico de maconha no varejo, onde trezes porções compõem uma carga e dez pertencem ao dono da droga e as outras três são para livre fruição do vendedor.

1.5 Crack

O crack é um subproduto da cocaína. Quando da transformação da pasta base em cocaína, sempre há o resíduo de materiais. Estes restos foram aproveitados e mediante uma possível experiência, com a adição de bicarbonato de cálcio obteve-se uma pedra de coloração amarelada que mediante a sua queima para a inalação de seus vapores, produzia efeitos psicoativos mais intensos que a cocaína. Mais tarde em face da sua fácil aceitação no mercado e sua excepcional volatilidade de venda, o crack passou a ser o produto principal, não sendo fruto mais do resíduo. Atualmente, verifica-se a transformação de toda a pasta base em crack o que vai gerar grande bloco que é depois partido mediante uso de uma faca e depois com o auxílio de lâminas de barbear ou estiletos para produzir as pequenas pedras de crack que serão usadas na venda no varejo e seqüente consumo. Após o corte elas são embaladas em papel alumínio ou em pequenas sacolas que são cortadas e queimadas na sua extremidade para vedar a embalagem.

O comércio acontece tendo como medida o peso da droga. Os matutos geralmente entregam a pasta base onde a unidade de venda é o quilograma. Já para os revendedores que transformam a pasta base em crack, o que se conhece por “viração”¹⁶, a unidade de venda também é o quilograma, onde a droga é repassada em sacos plásticos embalados. Já para o dono da boca e para os vapores a unidade de comércio é a “pedra”, uma porção próxima, inferior a uma grama que é posta em uma pequena sacola plástica juntamente com outras tantas o

¹⁵ Referencia aos pequenos invólucros plásticos utilizados para o embalo. Adquiridos no mercado formal para ensacar quantidades de sucos ou refrescos e vendê-los congelados, passam a embalar as porções de droga.

¹⁶ Processo de mistura de bicarbonato de sódio e outros adulterantes em mistura de pasta base aquecida, levando-a a condição pastosa. Após isto, o produto é posto em formas e colocado para resfriar.

que vai formar a dita carga. A quantidade de pedras acompanha a mesma proposta feita ao tráfico de maconha onde trezes porções compõem uma carga e dez pertencem ao dono da droga e as outras três são para livre fruição do vendedor.

Pelas características de não inflamabilidade do crack, as cinzas provenientes da queima são geralmente guardadas pelos usuários mais necessitados para uma segunda queima que pode garantir algum resultado alucinógeno. Não raro é ver caixas de fósforos contendo cinzas de queimas remanescentes de crack guardada pelos viciados para uma nova queima. As raspas e lascas provenientes das sobras do corte e da divisão da pedra de crack também são alvos de comércio, alcançando um valor menor para a venda, mas não menos valorizadas para os viciados.

CAPITULO II - CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS

Pelo senso comum, acredita-se que o tráfico de drogas seja uma estrutura espelhada nas grandes organizações criminosas, com uma hierarquia rígida, verticalizada e bem delineada, definidas com funções e poderes, próximo ao que BOITEUX (2009,p82) apresenta:

[...] ao analisar a organização do tráfico carioca, por outro lado, identifica algumas peculiaridades do modelo organizacional em larga escala nessa localidade, tais como a existência de “bocas de fumo” que funcionam no mesmo local por décadas, a hegemonia conquistada pelas organizações de presos, bem como o fato de que o lucro da distribuição provém do número de pontos importantes que a organização controla, estando os mais cobiçados mais próximos das áreas de classe média, mas fora da fiscalização cotidiana da polícia.

Ouso dizer que este imaginário social não se refere à conjuntura capixaba, tampouco aquilo que se verifica como a estrutura criminosa do tráfico de drogas, em especial a do Rio de Janeiro que por conjunturas locais, segundo MISSE (2001) *apud* DOWDNEY(2003,33) encontra uma “estrutura com certa organização em nível local, suas pretensões quase políticas e a sua capacidade de elaborar uma rede horizontal de proteção mútua”. De fato, ainda apoiado em MISSE (2001) *apud* DOWDNEY(2003,41) “O movimento não está diretamente subordinado a grupos estratégicos do crime organizado, mas constitui redes horizontais de proteção mútua”, o que remonta mais a um cooperativismo informal de produtos ilegais com o auxílio mútuo de pessoas ligadas pelo vínculo afetivo, parental e transacional.

Com base nas estruturas desenhadas de criminalidade e tráfico de drogas por Luciana BOITEUX e Guaracy MINGARDI, o comércio ilícito de entorpecentes advém da sistematização da necessidade social por determinadas substâncias ainda desconhecidas, potencializada ainda mais pelo desenvolvimento das sociedades de consumo que tudo requerem. As drogas têm seu uso originário em cerimônias religiosas ou pelo uso das classes menos abastadas apenas como forma de aplacar as dores da fome e do cansaço, como os casos das folhas de coca e maconha, amplamente empregada pelos escravos no período colonial/imperial brasileiro. A descoberta destas substâncias pelas sociedades ditas desenvolvidas permitiu isolar os princípios ativos das drogas para uso medicinal ou recreativo, mas o consumismo acabou por atribuir às drogas um valor econômico, deixando de ter valor simbólico de troca ou medicinal para ser uma mercadoria com importe monetário.

O comércio de drogas ganha grandes proporções nos séculos que seguem após a revolução industrial, de tal forma que seu uso traz conseqüências nocivas as sociedades assistidas pelas drogas onde a proibição e a penalização de seu uso passa ser as formas de impedir o avanço do consumo, conforme corrobora RODRIGUES(2004, p.8):

“No início de século XX, o uso de drogas se torna insuportável aos recriadores dos costumes hierarquizados, assim, as lutas morais, as conseqüentes idealizações de comportamentos e o discurso do cuidado com a saúde do cidadão vão abrindo espaço para as políticas de repressão ao tráfico. O mais curioso é que a proibição do comércio de uma mercadoria, como necessidade, mesmo ilegal, não a elimina do mercado, apenas a encarece. Ou seja, a proibição faz parte das medidas que incrementam os lucros capitalistas e, na verdade, estimulam o monopólio de seu comércio. Ora, se o tráfico de “mercadoria proibida”, e de grande demanda, faz com que os lucros sejam astronômicos. Rodrigues, Thiago Política e drogas nas Américas / Thiago Rodrigues. -- São Paulo : EDUC: FAPESP, 2004 334 p.

Sob esta perspectiva de ilegalidade, o comércio de drogas continua sendo uma mercadoria, mesmo que ilegal, e ao invés de arrefecer seu consumo, este se assevera ainda mais. Sua procura já determinada pelas leis do mercado formatado pelo modo de produção capitalista, de demanda e oferta, faz com que os valores pagos pela droga alcancem cifras consideráveis, transformando-se em um grande negócio econômico, capaz de representar uma fonte substancial de rendimentos para alguns indivíduos, grupos e até localidades inteiras. Quanto a proibição KARAM(2000, p.59), aponta que:

[...] a proibição da droga, ou sua criminalização, introduz uma variável na estrutura do mercado, que, provocando a artificial elevação nos preços (aos custos normais de produção serão necessariamente adicionados os custos potenciais de perdas provocadas por eventuais apreensões, bem como despesas com a segurança exigida pela ilegalidade do empreendimento, repercutindo sobre o preço do produto), irá gerar enormes lucros. Assim, paradoxalmente funcionando como um dos mais poderosos incentivos à produção e ao comércio de tais mercadorias.

Já na era contemporânea, a possibilidade de acúmulo de capital passa ser um chamariz para todo o incauto que não se detém pelas regras de controle social, pelas normas penais e pela efetiva penalização que será impingida a sociedade e passam a traficar drogas ilegais, constituindo pequenas empresas, que podem ser consideradas como um negócio como outro qualquer, com as diferenças de que, por serem marginais, ilegais, possuem determinados nuances de estrutura e de

comportamento que serão explicados adiante. Sua versatilidade e flexibilidade organizacional, sua constituição paralela à vida do mercado formal de trabalho, sua ilegalidade, o uso da violência e os métodos violentos de terror fazem do tráfico de drogas uma atividade mercantil impar.

No Espírito Santo, seu posicionamento geográfico privilegiado, próximo dos grandes centros urbanos do país, ávidos consumidores de drogas, as possibilidades marítimas advindas do grande litoral e dos inúmeros portos atribuindo potencialidades, uma malha viária considerável conferem suma importância para o tráfico de drogas, usando o estado como um corredor de passagem para o envio de drogas para Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e para exportação a outros países. É inegável que parte desta droga que chega ao Espírito Santo não parte, mesmo que proporcionalmente ínfima ao que segue. Desta fração, verifica-se a configuração comercial supracitada, com bastante flexibilidade, certa informalidade, o uso da violência e seus ícones, mas de uma forma sem uma macro-organização, aos moldes BOITEUX(2009, p.39):

Por outro lado, há de se ressaltar que a forma de organização desse tipo de comércio não se dá de forma uniforme, pelo contrário, é adaptado às configurações locais. Apurou-se, ainda, que a organização interna, especialmente do varejo, segue mecanismos específicos que diferem, muitas vezes, de um estado para outro da federação, tanto pela forma de atuação dos seus atores como quanto aos tipos de substância comercializada.

Trata-se de uma grande pulverização de grupos que passam por vender drogas e vez por outra entram em atrito, nunca vindo a associarem-se para obter um domínio ou um controle maior sobre o tráfico ou determinado território. Ao invés disto, passam a se enfrentar por rivalidades bairristas, quase que dando resposta ao banimento social que sofrem do restante da sociedade, fazendo mostrar por um viés de violência e ilegalidade que a comunidade, o grupo, a gangue pode ser uma forma de autonomia local que parte na contramão das “estruturas efetivas de poder que crescem cada vez mais na direção de um sistema internacional, citadas por SOUZA (1989, p.413), para uma estrutural local, bairrista, hermética, uma arma contra a sociedade, um reflexo da exclusão sofrida e replicada. A adoção desta postura protetiva quase involuntária traz um apelo muito forte da mídia e da sociedade para que os órgãos estatais repressivos atuem naquelas áreas excluídas, tidas historicamente como indesejáveis, fonte de todo mal social, belicosas o que firma a

desagregação completa daquele grupo com um senso comum de civilidade dissecado por SENNETT *apud* SOUZA (1989:p12)

[...]definiu a civilidade como aquilo “que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras”. Esta caracterização, à primeira vista muito vaga, na verdade vai ao âmago da questão. A cidade, que é o locus da civilidade por excelência, expõe os indivíduos a um risco constante de atritos, especialmente sob as condições de apinhamento nos grandes centros urbanos. Apenas o autocontrole, o respeito aos direitos alheios e a consideração mútua permitem que se compartilhe a densa atmosfera de cultura e informação que deriva da presença do Outro, ao mesmo tempo em que é minimizada a probabilidade de uma degeneração dos atritos e aborrecimentos quotidianos em violência.

O receio da sociedade que os grupos excluídos, agora armados, acessem o asfalto¹⁷, bem próximo ao medo que os senhores de engenho tinham da insurreição negra escrava no período colonial, compele a reação estatal de adentrar nas favelas e subúrbios e realizar a prisão dos envolvidos com as atividades delituosas ou, conforme for o enfrentamento, trazer a morte deles. Ambas as soluções acabam por trazer ainda mais segregação e problematização social, pois a demanda pelo consumo de drogas permanece intacta. Na outra ponta do problema, continua existindo uma massa imensa de desempregados ou subempregados, vivendo em péssimas condições e afastados dos serviços de assistência estatal, mas ávidos pelo consumismo moderno e o de subsistência que conduz ao próximo traficante basicamente começar sua estrutura comercial tudo de novo, do nada. Adita-se a isto, o emprego do aparato repressivo do estado em ações violentas, visando unicamente a prisão de determinados infratores, que ousaram “enfrentar a sociedade”, em um ambiente que é visto pelo senso comum como sendo o covil de infratores, onde a ação da polícia tudo pode para impedir que o problema chegue a beira do asfalto. Tais ações tornam por não levar a lei e a conciliação, mas sim a violência ilegal pura, os justicamentos, as execuções sumárias, os espancamentos, torturas, as expropriações de residências, veículos e outros bens móveis, enfim a extração violenta dos membros das comunidades e a repulsa da comunidade com a figura da polícia, produtora de tanta ou mais anarquia que os próprios traficantes.

Daí, impingir a expressão microtráfico às organizações de tráfico de drogas capixabas não pelo seu volume de comércio, mas pela inabilidade organizacional

¹⁷ Na gíria dos morros, “asfalto” significa o bairro comum, dotado de infra-estrutura, ao passo que o “morro” surge como símbolo da favela.

não parece ser inverídica ou desacertada. A incapacidade de repassar ao sucessor, voluntariamente escolhido ou não, as práticas do conhecimento apreendido e os contatos comerciais torna a todos que adentram ao tráfico e estão aptos para executá-lo, ou seja, encontram-se libertos e dispostos nas bocas, nas distribuições, são meros iniciantes, insipientes, pouco profissionais e quase sempre cercados pelos vínculos familiares, de amizade ou bairrismo, únicas ferramentas sociais de proteção.

Mesmo assim, valendo-se da bibliografia disponível, aditado as experiências pessoais e aquilo que foi coletado nas entrevistas, são possíveis definir alguns atores neste contexto de tráfico de drogas.

2.1 Elementos do Tráfico: o matuto

Como foi explicitado anteriormente, dificilmente seria possível manter uma plantação razoável de cannabis sativa ou de *Erythroxylum coca* dentro de um centro urbano ou ainda ter um laboratório de refino para produzir pasta base de cocaína, com a imensa demanda de produtos químicos necessários. É também superestimar a capacidade do traficante local, por mais poderoso e dominante de uma localidade que seja a sua habilidade gerencial de realizar negócios internacionais para a aquisição de drogas. Sem receio em errar, é possível garantir que todas as localidades do Espírito Santo são acessíveis a força pública e não seria possível manter uma plantação, uma horta que fosse de coca ou maconha sem ser notada pelas autoridades locais. O responsável pela importação da droga até as localidades de consumo, os grandes centros e as cidades, é o matuto, figura que permaneceu com este nome porque outrora era o matuto, o roceiro simplório que detinha as pequenas plantações de maconha nos rincões do Brasil. Atualmente, o matuto é o verdadeiro traficante, o atacadista que adquirindo grandes quantidades de drogas nas localidades produtoras dentro do Brasil proveniente do quadrilátero da maconha em meio ao sertão nordestino ou das plantações estrangeiras paraguaias e colombianas, providencia os meios para seu transporte, geralmente através de “mulas” pessoas que se dispõem por um baixo valor trazer quantidades de drogas dentro de ônibus em meio aos seus pertences, em veículos próprios, escondidos nas partes ou em meio as cargas das carretas dos caminhões, o que acarreta em

um potencial risco de perda. Ele que cuida também da cooptação das autoridades corruptas para a permissão de passagem da droga por várias fronteiras internacionais e dos estados da federação e por fim é ele que fornece as drogas conforme os pedidos dos revendedores e dos donos de boca.

Não há demérito algum em admitir que o matuto não perpassa pela malha da justiça porque dificilmente vê-se freqüentando os locais ditos perigosos e ou excluídos, as periferias e as favelas. Não apresenta as mesmas necessidades de ostentação da violência e dos métodos violentos de terror e possui, normalmente, uma conduta social de cobertura bastante convincente, o que permite ter uma rede de influências e amizades que o tornam acima de qualquer suspeita e intocável pelos organismos tradicionais de repressão.

Para a realidade capixaba, não há registros de fidelidade entre matutos e determinados grupos, rivais ou não. Somente pelo fato de ser ele o importador/atravesador e deter a mercadoria, passa a ser assediado por aqueles que possuem contato com ele. Alias uma das demonstrações de fidelidade por parte do matuto advêm de que ele somente comercializa com seus contatos. Não é possível fazer uma ligação para ele e aguardar a entrega como em um “delivery”. A confiança depositada pelo matuto em seus contatos só permite a expansão ou a troca de um contato por outro através do aval, da chancela do contato primário. Se um contato primário vem até o matuto e autoriza um intermediário a fazê-lo em seu lugar, surge um novo contato, mas com o aval do primeiro. As negociações são independentes, mas se algo vier a dar errado, como uma delação ou uma inadimplência, o conhecido “banho”¹⁸, as obrigações de reparação e as possibilidades de vingança se voltam também para o contato primário. Há também os casos em que o contato primário é preso e é possível alguém de sua família firmar contato com o matuto para os fins de comércio, restando ao primeiro, as mesmas obrigações de confiança, fidelidade e compromisso.

GRILLO(2008,24) confirma a precariedade das negociações:

¹⁸ Inadimplência decorrente da perda da droga ou o não pagamento simples. As conseqüências vão da admoestação até a pena capital. O cobrador procura moderar o emprego da força nestas situações de insolvência, apelidada como “banho” porque uma ação violenta traz repercussões negativas, trazendo atenção da mídia e dos órgãos de repressão, além da repulsa e a perda de membros daquela comunidade.

Existe sempre um risco envolvido e poucas garantias em jogo, uma vez que é preciso confiar que a qualidade e a quantidade da mercadoria é a combinada e, principalmente, confiar que os devedores pagarão seus débitos, até por que as transações no atacado costumam ser efetuadas a crédito. Ainda assim, o “bom funcionamento” desse mercado é freqüentemente atrapalhado pelos problemas de observação dos “contratos” firmados. GRILLO, Carolina C. "Fazendo o doze na pista" - um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. 2008. Dissertação de Mestrado (PPGSA / IFCS / UFRJ).

Quanto ao produto de comércio, o matuto mercantiliza quilogramas, barras, tijolos de drogas. Ao receber seus carregamentos, trata por providenciar um local de homizio para o montante e conforme vão sendo fechados os acordos vai realizando as entregas, geralmente em locais neutros, fora das favelas e subúrbios.

A droga pode ser paga pelo revendedor ou o dono da boca imediatamente na entrega ou repassar a mercadoria, ficando esta para ser paga posteriormente em um consenso em torno das relações de crédito sobre a quantidade, através de acordos firmados oralmente, mas com validade inquestionável. Mesmo sendo um comércio ilegal, de alto risco, há baixa propensão a inadimplência.

2.2 Elementos do Tráfico: o revendedor

A figura do revendedor é um entreposto entre o matuto, grande comerciante e revendedor de drogas e o dono da boca ou gerente. É aquele individuo que por deter certo controle por um determinado território ou por ser possuidor de varias bocas, acaba por ser um grande comprador do matuto o que lhe põe na condição de revendedor. A capacidade mercantil do revendedor pode ser tal que inicie ele próprio a incursionar no mercado de aquisição direta de drogas, em outros estados e até outros países, deixando de lado o matuto e passando ele a ser seu próprio fornecedor.

Seu domínio territorial pode ser bem definido, com o controle pleno de uma determinada localidade ou apenas ser ele a figura daquele que fornece a droga para determinada localidade, sem qualquer espécie de fidelidade ou clientelismo para com os gerentes e donos de bocas.

A maior diferença do matuto consiste que o revendedor é usuário contumaz dos ícones da violência, dos métodos violentos de terror visando manter controle

sobre o território e evitar a sanha dos subordinados e ou partes de realizarem levantes ou assumirem posições de inadimplência. Também realiza um papel muito efêmero de controlador de posturas na comunidade que domina, impedindo atos considerados reprováveis e que trazem a presença da polícia. “O tráfico não gosta que ninguém roube, brigue ou mate pessoas “desnecessariamente”, para não atrair a atenção da polícia” (CRUZ NETO et al., 2001, p. 173).

É o que expõe SOUZA, (1999. p.7):

[..]normatização imposta pelos próprios traficantes (muitas vezes nascidos e criados no local), os quais são, simultaneamente, legisladores, juizes e executores de suas “leis informais”, cuja razão de ser é garantir uma maior tranquilidade para o negócio e deixar claro quem manda no local. Dentro desse espírito, proíbe-se que crimes sejam praticados por bandidos comuns contra moradores da favela, sendo os transgressores exemplarmente punidos. Assim, o favelado tem, em sua própria favela, não um espaço do “caos” e da desordem, mas sim um território submetido a um poder ordenador.

Geralmente os revendedores freqüentam, residem e ou pertencem as localidades que realizam seus negócios o que permite um controle territorial mais fácil, mas também os expõem a violência rotineira das brigas de facções e gangues, das batidas policiais e das intenções de levante o que impõe defenderem-se pessoalmente ou através de soldados¹⁹ pela imposição da força da vontade pelas armas. Denota-se aqui uma figura bastante efêmera do soldado que não tem ocupação exclusiva para a garantia da vontade do revendedor ou do dono da boca. Trata-se de um elemento que acumula funções, e se achega ao revendedor quase sempre pelos vínculos de parentesco ou amizade, o que não afasta a remuneração pelo serviço de segurança.

Quanto ao produto de venda o revendedor mercantiliza quilogramas, barras, tijolos ou frações, dependendo do comprador, geralmente donos de bocas ou revendedores menores. Somente para os casos em que faz as vezes de um matuto e adquire grandes quantidades faz-se necessário ter um local para esconder os carregamentos. Comumente adquire a droga e repassa imediatamente aos pontos de venda, locais que irão ofertar diretamente ao comprador final. Apenas uma pequena parte, uma reserva ou um pequeno estoque para reposição, para os casos

¹⁹ Elemento armado que realiza papel de segurança garantidor de cumprimento das ordens impostas pelo tráfico de drogas. Sua nomenclatura advém do meio militar, daquele que executa as ordens, o braço armado.

de falta de entrega por parte do matuto é que fica escondida pelo revendedor. Esconde também armas e munições que podem ser usadas pelos soldados ou pelo próprio na defesa de seu território, de suas posses e seu comando. A posse e o controle das armas para este ator são importantíssimos na manutenção do poder.

Sua renda advém da venda dos produtos que providenciou junto ao matuto ou por suas próprias vias. Em caso de perda da droga, sendo ela pega sem contraprestação, caberá desdobrar-se o revendedor em pagar pela dívida, pois a inadimplência neste ramo de atividade não se concebe e a punibilidade pela dívida chega até a morte.

Para o caso do revendedor, sua proximidade com os locais de consumo acabam por dar visibilidade a ele no tráfico de drogas que se conhece culturalmente. Esta proximidade traz ao revendedor o risco que nas grandes operações de apreensão e prisão de quadrilhas, ele também seja alvo da ação policial, sendo comum os revendedores serem presos e prossegurem com suas ações por dentro dos muros dos presídios, valendo-se da comunicação por via de aparelhos celulares ou contato com visitantes e advogados, todos estes usados como mensageiros das ordens do chefe preso.

Tanto para o matuto e mais para o revendedor, cabe a parcela de adulteração da droga recebida. Transformar quilogramas em muito mais advém da colocação de uma série de adulterantes supracitados em quantidades medidas para não estragar sua efetividade e qualidade, algo que não pode se modificar porque a droga “malhada” é depreciada pelos usuários eventuais e contumazes.

2.3 Elementos do Tráfico: o dono da boca

Elemento nativo da localidade em que exerce seu comércio, o dono da boca ou gerente é aquele que é responsável por um ponto de venda denominado boca que pode representar uma edificação, um ponto físico no território ou apenas uma localidade, uma rua, um beco, um campo, uma praça.

Sua natividade permite ao dono da boca estabelecer-se angariando certa complacência com a comunidade local até para impor violência ou ostentar os ícones da violência e do terror de forma acintosa sem causar revolta aos demais

moradores pela familiaridade da figura e os laços de amizade e coleguismo com os demais. Mesmo assim, os laços estabelecidos não impedem do emprego extremado da violência para os casos de delação, inadimplência ou pelo enfrentamento simples contra os demais da comunidade. Há diversos casos de uso de residências de forma forçosa de moradores que nada tem com o tráfico, mas são usados para guardar drogas, armas e acoitar infratores feridos ou fugidos da ação policial. Há situações de verdadeiras expropriações, onde as famílias são expulsas das suas moradias para cedê-las como base para as atividades ilícitas. Para os casos do moradores colaboradores, forçados ou não, suas casas devem ser mantidas como possíveis rotas de fuga, corredores de evasão em caso de chegada de policiais. Os resultados do emprego da violência acabam por ser absorvidos pela comunidade em um sinal de que a entrada para o mundo do crime traz as conseqüências e estas são inevitáveis bastando apenas a resignação e nunca a delação ou a revolta até porque as intervenções do estado são, em regra mais violentas e arbitrárias que aquelas.

O dono da boca recebe a droga ainda no seu estado bruto de embalo para transporte e ele e os seus, familiares e ou funcionários, realizam “os trabalhos” ou a “enrolação”, o processo de corte dos blocos para os casos de maconha ou crack, a adição dos adulterantes e o embalo em sacos plásticos, papel laminado ou pedaços de papel. Apesar da mística estabelecida em música, filmes e outros trabalhos que o serviço de endolação é vigiado de perto pelo dono da boca, não permitindo que ninguém que esteja “endolando” saia do local sequer para fazer suas necessidades fisiológicas não encontra eco em terras capixabas, onde as vinculações de parentesco e amizade parecem garantir certa confiabilidade aos serviços.

Também não se encontra registro de especialidades de bocas, onde uma comercialize exclusivamente um tipo de droga enquanto outra boca faça o comércio das demais. Tampouco a padronização de embalagem para as drogas comercializadas, algo que se vê como sinal de organização, de origem e qualidade da droga, técnica muito vista em pacotes inteiros de pasta base dos cartéis colombianos e as drogas postas no varejo das facções criminosas cariocas. Tampouco se vê comportamento assistencialista de traficantes, substituindo o Estado no atendimento de demandas por medicamentos, gás GLP, víveres aos moradores da comunidade que os rodeia. As doações ocorrem, mas são cobradas

pelo peso da fidelidade ao negócio, importando em ceder sua casa e sua liberdade a favor de seus pretensos benfeitores.

A necessidade de garantir a sua segurança contra gangues ou facções rivais impõe ao dono da boca em armar-se. Sua força bélica pode ser requisitada para a defesa de uma boca de um mesmo revendedor, de um parente ou próximo. A ostentação de armas acontece somente nestes casos, para intimidação dos inimigos, mas afugenta os compradores finais, sendo algo que é utilizado apenas em casos de estrita imperatividade, por atrapalhar as vendas. Normalmente apenas o próprio dono da boca é que se vale de manter-se armado a todo tempo.

Sua renda advém das drogas que providenciou junto ao distribuidor, vendidas junto ao usuário final. Em caso de perda da droga, sendo ela pega sem contraprestação, caberá desdobra-se o dono da boca para pagar pela dívida, pois a inadimplência neste ramo de atividade não se concebe e a punibilidade pela dívida chega até a morte.

Visando vender o mais rápido possível a droga que adquiriu e também almejando livrar-se do flagrante da posse da droga, o dono da boca repassa-a endolada aos vapores, sem contraprestação, fiado. Ao término da venda da carga, cabe ao vapor o pagamento imediato daquilo que foi pego, sendo possível excepcionalmente por motivos de prisão ou perda comprovada das drogas para a polícia um prazo maior para o pagamento, sem a inserção juros, multas ou qualquer outra correção vinculada ao atraso.

2.4 Elementos do Tráfico: o vapor

Na hierarquia do tráfico de drogas o vapor representa a base da estrutura, aquele que tem contato direto com o consumidor final. Sua denominação surge pela sua habilidade em “evaporar” ao pressentir o perigo. Trata-se do vendedor final, indivíduo que possui determinado vínculo de obediência e subordinação ao dono da boca. O dono da boca, ao endolar a droga para venda, dispendo-as em cargas, entrega para os vapores que tem a obrigação de devolver aquilo que pertence ao dono da boca. Para uma carga de treze pedras de crack embaladas em pequenos sacos plásticos, incumbe a devolução ao dono da boca os valores auferidos com a

venda de dez pedras, deixando as outras três à disposição do usufruto do vapor. Cabe também ao dono da boca estipular ao vapor o local de comércio para não ferir e entrar em territórios de outro dono de boca ou em um território inimigo.

Aufere-se que a lucratividade do vapor incide na sua habilidade em vender o seu produto, algo que depende da disponibilidade do vapor em permanecer em locais de fácil acesso para que os usuários possam abordá-lo, sem também ficar muito vulnerável a presença repressiva da polícia. Esta disponibilidade alcança os extremos de permanecer dia e noite, sob qualquer condição climática. A exposição e desgaste são tamanhos que os vapores acabam por usarem drogas licitas como tabaco ou álcool ou as mesmas que ele revende. GRILLO(2008, p.29) ressalta a importância da facilidade no alcance:

[...] As redes do tráfico das favelas apostam na visibilidade para facilitar a identificação dos pontos de venda pelos consumidores, que não são apenas conhecidos, mas também estranhos que procuram as “bocas” para comprar drogas, estabelecendo relações estritamente comerciais.

Os vínculos do vapor com o dono da boca também segue em ser requisitado para a defesa da boca, para os casos daqueles que são guindados a função temporária de soldado, ascensão que somente ocorre, por PONTES, Beatriz M S (2010, 5) quando “demonstra a característica indispensável nesse mundo, isto é, a chamada disposição para matar”. Além disto, estar informando o dono da boca sobre a presença de policiais ou de gangues rivais também permite conquistar a confiança do dono e auferir certo lucro. Ressalta-se que a confiança supracitada não se relaciona com as hipóteses de delação do local de homizio da boca, algo inconcebível, de total desmerecimento de respeito, amizade e solidariedade, sendo punida tal conduta com demonstrações públicas de violência e terror contra quem delata. A solidariedade sugerida indica sobre a condição de subordinação do vapor ao dono da boca, o cumprimento de tarefas variadas, a eterna vigília contra os inimigos, enfim tudo que se relacione a manutenção da “firma”.

Aliás, esta condição de possível ascensão leva aos vapores a comprarem armamento para sua própria defesa, como garantidor coercitivo que os clientes e devedores pagarão seus débitos, e como “ethos da virilidade” ZALUAR(1988, 1989), algo que os impulsiona na pirâmide hierárquica do tráfico. Os olheiros, fogueteiros,

menores vigilantes que se posicionam em locais estratégicos para avistar e avisar sobre a presença policial ou invasões de gangues rivais não recebem remuneração regular, mas aguarda seu momento de serem promovidos a condição de vapor ou soldado.

Os vapores se valem de um frágil mimetismo com os passantes da comunidade das vielas, escadarias, ruas e becos, mas são rapidamente percebidos entre os demais, pela eterna permanência no mesmo local, seu ponto de comércio, e pela ostentação de detalhes de diferenciação que facilitem ao pretense comprador a sua identificação em meio a multidão. O uso de dois cordões prateados, um boné de uma grife famosa, uma camisa de um time de futebol são o bastante para distingui-los. Sua habilidade também é ressaltada pela forma como usa para manter-se sempre com a droga a ser vendida distante dele fisicamente, mas sob o controle dos olhos. Está medida permite que ele seja abordado pela polícia e não seja preso, pois não há flagrante consigo. Há casos de vapores que são presos pelas grandes quantias que ficam em seus bolsos e a inabilidade em justificá-lo, cabendo também certo apoio das autoridades policiais judiciárias para entender o porquê um menino de tenra idade está com quatrocentos, quinhentos reais em notas miúdas nos bolsos, às 02:00horas da madrugada, se o mesmo não tem renda e não exerce nenhuma atividade laboral. Os vapores costumam valer-se dos entulhos, dos lixões, das vegetações e frestas dos muros, enfim todo lugar que permita ocultar a droga e dificulte a sua localização durante uma busca.

CAPITULO 3: ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO SOCIAL FAMÍLIA

Para tratar do fenômeno social de organização da vida pessoal e coletiva da conformação social denominada da família, é possível utilizar como recorte referencial a pós modernidade da metade do século vinte até a primeira década do século XX – período suficiente para averiguar as transformações nos laços sociais e nos costumes que trouxeram as conseqüências de alteração no comportamento e na organização familiar.

Os agrupamentos que ocupavam o espaço urbano da Grande Vitória no início da segunda metade do século vinte eram os imigrantes proletários advindos do interior ou de outros estados, principalmente os circunvizinhos, para obter acesso aos empregos oferecidos nos parques fabris que ora se acomodavam. As famílias operárias ou proletárias tinham a característica do desprovemento de bens ou valores, o que de certa forma limitou a mobilidade, o estabelecimento da habitação e o tamanho do grupo familiar migrante. Diferente das famílias rurais, numerosas para atender a demanda de labuta, contrabalancear uma elevada mortalidade infantil, a expectativa de vida relativamente baixa e tendo a facilidade de obtenção de alimentos para sustentar a prole, a família urbana não tinha a mesma facilidade para adquirir sua subsistência alimentar, tendo que pagar por tudo. Sua conformação de autoridade ainda prevalecia o modelo patriarcal, herança daquela rural, onde o provedor e regrador dos costumes é o pai, mesmo em uma família nuclear. Este modelo garantia a família além da função econômica e protetora, também trazia uma posição estrutural em relação à sociedade, onde seus membros recebiam pela família um arcabouço de valores morais peculiares a sociedade que acabavam por cristalizar-se na vida adulta.

Ocorre que as vicissitudes da vida pós-moderna transformaram a família em mero elemento consumo, tornando indispensável não só a dedicação do varão no trabalho externo para provimento das antigas e novas demandas. A mulher, outrora responsável pela criação e educação dos filhos, teve que entrar no mercado de trabalho para suprir as necessidades da família, já que o ordenado do homem não permitia sequer a subsistência, quiçá uma vida digna. Coube a família adaptar-se as mudanças desta sociedade de consumo, procurando estruturar-se em função das novas realidades. Por conseqüência, pela ausência dos pais, ocupados com a

labuta, os filhos passaram a receber o aprendizado dos valores morais não mais em casa. Passaram a ser apenas educados por agentes exógenos a família, pelas escolas, uma instituição criada para alimentar a necessidade por cidadãos configurados em uma sociedade disciplinar, providos de aprendizado laboral, para alimentar as linhas de produção, a massa de consumo e a sociedade. Neste sentido, segue a assertiva de FREITAS(2002, p.24):

[...]que havia na época um afastamento muito cedo em relação aos pais. Em certas circunstâncias elas saíam de casa aos quatro ou cinco anos de idade. Quase tudo era público, a função da família era apenas de assegurar a transmissão da vida, do nome e dos bens materiais.

Denota-se, pois para o período o afastamento parental, onde pai e mãe impelidos em intensas cargas de trabalho para provimento da subsistência familiar acabam por distanciarem, ocasionando no enfraquecimento das figuras paternas e maternas da função disciplinadora, já que ambos vão estar quase sempre ausentes. O fenômeno de distanciamento dos pais vai propiciar as gerações nascidas a partir dos anos sessenta e sessenta, exatamente o período de expansão demográfica da Grande Vitória, à influência direta de agentes exógenos ao lar, tais como a escola, as instituições públicas e principalmente a rua, local que transcende muito mais do que seu significado simplório de logradouro público de circulação urbana. Para a escola, coube um papel muito maior do que sua finalidade. Atribuiu-se a ela a transmissão dos valores, normas, atitudes que eram de responsabilidade dos pais, quando de fato, sempre coube a escola a liberalidade de escolha entre os conceitos aprendidos em casa com o seu reforço natural ou a permissividade dos comportamentos, comum em uma instituição que perdeu sua função disciplinadora há mais tempo que a família.

De fato a rua é que vai recepcionar a todos, principalmente as crianças e adolescentes em fase escolar, em situação de vulnerabilidade pelo afastamento familiar, mostrando ser um canal de acesso mínimo e possível a cultura, ao esporte, ao lazer, à educação e às formas de saciamento do hedonismo e do consumo, como é dito por ZALUAR (2004, p32):

o hedonismo colocou o prazer e o lazer à frente das preocupações humanas (Offe, 1989). O jogo, as drogas, a diversão tornaram-se o objetivo mais importante na vida para muitos setores da população, especialmente os mais jovens.

Alias, o momento econômico e social da região metropolitana de Vitória nas últimas décadas reforçou ainda mais a figura da rua como elemento educador e disciplinador, já que todos os membros das famílias, em condições laborais produtivas, eram lançados ao mercado na busca de meios para sustento, deixando os descendentes distantes dos cuidados parentais e suscetíveis a exclusiva educação proveniente da escola e outros agentes informais. Verificou-se que por dificuldades de inclusão aos serviços estatais, não disponíveis pela impossibilidade do Estado em prover a todos os recém chegados os serviços de abarcamento social, muitos não conseguiram o ingresso a educação disponível ou acabaram por abandoná-la, vindo a seguir para a rua, onde uma grande massa de desocupados e subempregados, agora adultos, adolescentes e outras crianças passam a buscar sua subsistência em atividades informais de venda ambulante de pequenos produtos, recolhendo lixo de materiais recicláveis, buscando alimento em meio ao resto de lixo ou mendigando em frente aos comércios e logradouros o que reforça ainda mais o preconceito de classe indesejável e perigosa, repleta de mazelas, doenças e crime.

A geração juvenil mesmo sendo compelida a buscar o seu sustento e dos seus, sob o escudo de um ideário que crianças pobres precisam trabalhar para afastarem-se dos males da rua, ditado firmado pelo senso comum, acabam por verem-se dentro de uma dupla negação social onde o trabalho regular e ordinário, adquirido pelo esforço ou pelo conhecimento apreendido, apresentado como ingresso ao mundo adulto não permite alcançar o ingresso mínimo as suas necessidades e que sua exposição na labuta das atividades informais e semi-ilegais como a mendicância ou vigilância e lavagem de veículos traz não a aceitação social, mas sim a repulsa, o medo, a exclusão. A rua, local que deveria ser evitado pelos perigos reais e postos pela mitificação social, mesmo com os reforços supracitados passa ser o único caminho possível a ser seguido.

Seria minimalista e incorreto conceber que apenas as percepções da impossibilidade de alcançar o mínimo sustento, atender as demandas de consumo ou se ver aceito socialmente possam conduzir a supracitada massa populacional excluída para atividades delituosas. Seria considerar todo aquele que é desprovido de capacidade de acesso às vias formais de emprego e de inclusão social estaria fadado a ingressar no crime, assertiva absolutamente incorreta, pois é mínimo o

contingente destes excluídos que optam pela transgressão, conforme diz MISSE(1995, p.4) “Porém, ele argumenta que se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seria criminosa, e não é”. De fato, a rua não é apenas o canal de aprendizado informal que garante relativo sustento, lazer, diversão. Também é local hostil, repleto violência disseminada indiscriminadamente, principalmente aqueles que têm pouco ou nenhuma chance de defesa contra o preconceito e a indiferença social, contra a imposição constante dos organismos de segurança em manter as classes perigosas distantes dos olhos e sob controle, como é o caso dos menores, mulheres, velhos, homossexuais e outros. Este constante prenúncio compele aos freqüentadores da rua o integral estado de atenção, para não ser pego e sofrer toda sorte de injúrias. Daí surge os esboços de companheirismo e solidariedade entre excluídos que percebem as vantagens da associação. O grupo composto de indivíduos que estão na mesma situação, obtêm maior sucesso de subsistência realizando a partilha do que foi auferido e realizando a sua proteção compartilhada contra os diversos algozes que se encontram na rua, onde este cooperativismo vai produzir um sentimento efêmero de substituição a ausência de sentimento de pertencimento da família e da comunidade.

Esta efemeridade e a violência constante deste mundo hostil da rua denota que não há um completo afastamento do infanto-juvenil da sua casa e família. É possível vislumbrar o recorte de vários casos daqueles que não abandonam completamente seus lares, socorrendo-se da rua para obter seu sustento retornando a casa, pois lá, mesmo que vagamente, também há traços de pertencimento, de segurança e mínimo acolhimento afetivo tal como GREGORI(2000,p62) discerne menores de rua para os na rua:

Menores na rua são crianças e adolescentes de até dezoito anos que mantêm vínculos familiares; que realizam atividades destinadas a garantir seu sustento; cujas atividades podem estar ou não incluídas na economia informal ou mesmo marginal; que se desenvolvem fora do núcleo familiar, na rua ou fora dela, onde passam parte ou todo seu tempo; que recebem ou não remuneração, em dinheiro, espécie ou serviço, e o que recebem pode ser para si, para seu grupo de referência ou para terceiros

Ocorre que no lar, o impúbere encontrará, não raras vezes, a mesma violência, descaso e destrato que experimentou na rua. Segundo CAMPOS (2010, p. 157) “De acordo com os dados das pesquisas realizadas, por profissionais de saúde pública, a violência praticada na família é geralmente mantida entre as suas

paredes. Seu alvo é preferencial são crianças e jovens seguidos de mulheres e idosos, normalmente nessa ordem”. Culminam por desestimulá-lo a ficar em casa em face da função disciplinadora que a família têm para com seus rebentos se comparado ao limites inexistentes da rua. As cobranças e as limitações tolhem suas vontades, outrora livre nas ruas, que nas palavras de CARLOTO Et ALL(2009, p10), passam a se sentirem incompreendidos: “Embora todo adolescente tenha vontade de fugir de casa quando acham que os pais “falam demais na cabeça” e sentem-se incompreendidos, o que diferencia os que optam por sair de casa é a fragilidade dos vínculos.”

Este conjunto de pesos e contrapesos propiciou as gerações filhas desta conformação familiar a internalizar um novo padrão de regras, não mais embasado no reconhecimento da autoridade dos pais e todas as outras fontes tradicionais disseminadoras transmissoras de educação, das leis e dos limites, mas sim, pelo entendimento de POSTER (1979, p. 193) uma pessoa autônoma desprovida de necessidades de regulação ou apoios, voltada ao atendimento imediato das necessidades de consumo, dos prazeres acatados rapidamente e a qualquer custo, sujeita as regras imposta pelo grupo que ela pertence, aos membros da rua. Na esteira da busca incessante pelo imediato prazer pessoal, mesmo que inserido em um grupo, o indivíduo passa a cultivar o autocentrismo exacerbado, um narcisismo preocupado com o saciamento das suas necessidades materiais, de manutenção da estética imposta pela modernidade, intensamente superficial, capaz de mostrar uma aparência de sucesso e felicidade, replicado por todos aqueles que estão na rua, uma solução imediata as oculta angústias e limitações do cotidiano pobre e miserável. Atribui-se a preocupação com a estética da vaga noção de aceitação que a aparência com os ícones de consumo pode trazer. Mesmo que afastado do mundo formal, há sempre a intenção, segundo RIZZINI Apud CARLOTO (2000) alcançar a segurança física, emocional e afetiva que calham da aceitação social de mais um membro, vestido e portando-se conforme o padrão aceitável, com o tênis e a camisa da moda, com o relógio e o cordão do momento, possuindo um veículo motorizado, tendo o aparelho celular da moda, enfim, vestindo-se e agindo como um aceito.

Daí, vivendo um autocentrismo exacerbado, sem limites e sem tutores, os sujeitos passam a um comportamento de vulnerabilidade, respondendo como um membro aos ditames do grupo de excluídos que tem por identidade apenas a

postura grupal, da galera, da gangue. A auto-afirmação do grupo acaba por reforçar a irracionalidade das ações, sob a ótica do ser subjetivo, propiciando as condutas incompreensivas para o sujeito ou para os parâmetros adotados pela sociedade, mas úteis ao grupo da rua. Este não pensar, a incompreensão conduzem ainda mais o sujeito a afastar-se do mundo concreto, agora visto como uma dura realidade, repleta de frustrações.

CAPITULO 4 – A PESQUISA E OS RESULTADOS DA COLETA DE DADOS

Neste capítulo da dissertação são apresentados e analisados os dados empíricos coletados por intermédio de entrevistas realizadas, no âmbito desta dissertação, com os internos e reeducandos do sistema penal capixaba. Serão discutidos os dados de acordo com o município de residência, condições de habitação, idade, situação quanto a existência de familiares envolvidos com o tráfico de drogas, consumo e envolvimento com o tráfico de drogas, escolaridade e ocupação dos entrevistados.

4.1 Residência

Para a primeira compilação dos dados coletados na entrevista feita junto aos internos e reeducandos do sistema penal capixaba, verificou-se a distribuição da localidade de residência dos entrevistados. Fundamentalmente, é importante ressaltar que há outros municípios fora da região metropolitana que tem índices consideráveis de delitos envolvendo tráfico de drogas, fruto do fenômeno da interiorização da violência²⁰, um indicativo estatístico de que os infratores vêm buscando cidades onde a repressão é menos intensa e a circulação de dinheiro tem aumentado. Municípios como Aracruz, Colatina, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus tem mostrado altos índices de homicídios e também detém considerável numero de ocorrências policiais envolvendo drogas, segundo dados apresentados pelo Centro Integrado Operacional de Defesa Social – CIODES vinculado a Secretaria de Segurança Pública que unificou os atendimentos emergenciais das Polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros. As altas taxas de entrevistados que habitam em cidades exteriores da região metropolitana capixaba corroboram que os princípios desviantes da oportunidade e a impunidade presentes, nestes locais, exercem atração sobre a criminalidade.

²⁰

A interiorização do crime ocorre em locais que propiciam a movimentação de valores expressivos sem muito controle estatal, em áreas de intenso desmatamento, com atividades ilegais e grilagem de terras, e em áreas de turismo predatório, nas quais há aumento de consumo de bebidas e drogas. Segundo ainda pelos estudos do Instituto SANGARI(2011) as grandes cidades já vem implementando políticas de prevenção, controle e repressão à violência o que provocou uma migração de atuações criminosas para municípios de interior que estão mais vulneráveis. Outro fenômeno verificado foi a tendência migratória ter diminuído em relação aos grandes centros e se concentrado mais em municípios de porte médio o que provocou naquelas localidades um crescimento descontrolado com o um incremento de problemas sociais, entre eles a violência.

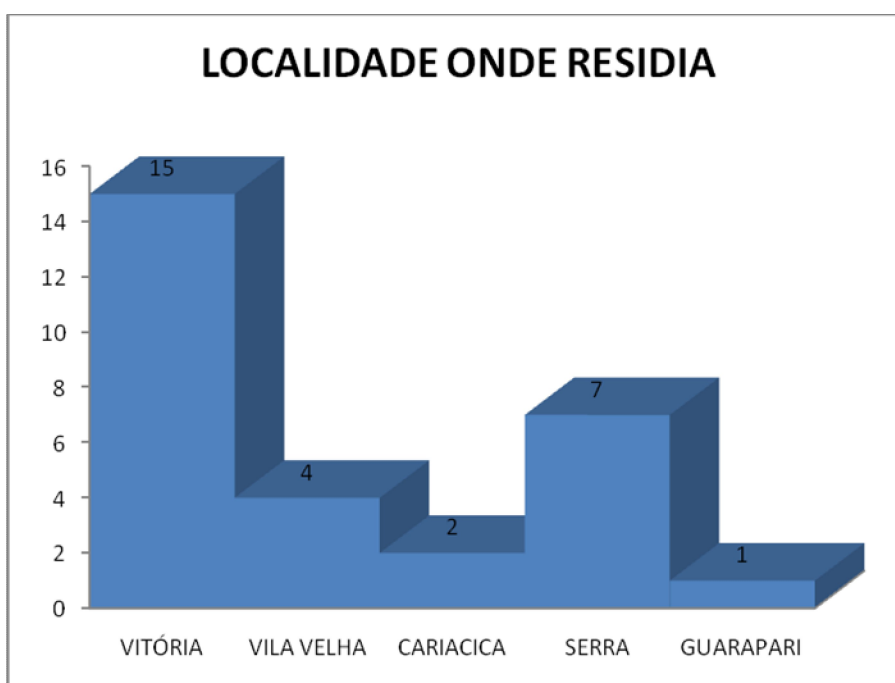
Quadro 1 – Município de Residência dos Entrevistados, 2009/2010

Ocorrências	Municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória							Municípios do interior						
	Cariacica	Fundão	Guarapari	Serra	Viana	Vila Velha	Vitória	Aracruz	Barra da São Francisco	Cachoeiro de Itapemirim	Colatina	Linhares	Marataizes	São Mateus
E01- Tráfico de entorpecentes	3	2	0	11	1	9	4	12	7	1	1	0	3	8
E01a- Tráfico de entorpecentes: de maconha	105	2	47	159	8	144	161	9	12	51	40	13	2	11
E01b- Tráfico de entorpecentes: de cocaína	107	2	19	67	17	74	196	10	1	18	26	24	5	11
E01c- Tráfico de entorpecentes: de crack	203	2	44	353	17	287	234	37	34	75	56	89	27	25
E01d- Tráfico de entorpecentes: de outros entorpecentes	1	0	5	5	1	1	11	0	0	1	0	1	0	0
E02- Posse/uso de entorpecentes	6	1	3	5	1	9	5	3	0	0	2	0	2	3
E02a- Posse/uso de entorpecentes: de maconha	79	5	132	121	16	184	252	18	8	80	88	13	11	18
E02b- Posse/uso de entorpecentes: de cocaína	46	5	37	31	7	47	101	7	3	18	29	5	10	8
E02c- Posse/uso de entorpecentes: de crack	29	3	57	47	4	61	96	9	9	42	31	12	8	13
E02d- Posse/uso de entorpecentes: outros entorpecentes	2	0	7	3	1	4	3	0	0	6	0	1	1	0
E03- Cultivo/fabricação de subs entorpecentes	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
E04 - Apreensão entorpecentes	2	1	1	3	0	3	5	2	2	3	0	0	0	1
E04a - Apreensão entorpecentes: de maconha	24	0	2	19	7	13	44	6	3	4	0	8	2	0
E04b - Apreensão entorpecentes: de cocaína	15	0	0	3	3	7	59	2	1	0	0	1	1	0
E04c - Apreensão entorpecentes: de crack	20	0	3	15	5	25	41	6	5	4	1	1	0	0
E04d - Apreensão entorpecentes: outros	0	0	1	3	1	2	5	0	0	2	1	0	0	0
E99- Outros crimes de tóxico	7	1	3	27	3	13	35	1	0	5	0	9	3	8

Fonte: CIODES 2010

Sopesando a incidência cada vez maior da criminalidade no interior, a coleta de dados sobre a residência dos entrevistados retrata com fidelidade ainda uma maior concentração de incidência do tráfico para a região metropolitana da Grande Vitória. Infere-se que nos grandes centros, extremamente adensados a possibilidade da formação das redes de relações de um mercado ilegal de drogas, permeado de características comuns em torno da negociação dessas mercadorias que de certa forma encontram uma impessoalidade e um afastamento, exemplos vivos da cidade grande e que não ocorrem nas cidades interioranas, onde “todos se conhecem”.

Gráfico 2 – Município de Residência dos Entrevistados, 2009/2010



Fonte: pesquisa para a dissertação.

A população de Vitória, com cerca de 325.453 habitantes, representa 9,26% de toda população capixaba e mesmo assim goza dos problemas de ser o centro político e financeiro do estado. Os municípios de Vila Velha e Cariacica são tidos como cidades dormitórios que realizam o movimento pendular de seus contingentes populacionais que laboram e tem seus lazeres em Vitória. Este acontecimento migratório confere a Vitória uma variável disposição de elementos que atendam tanto a necessidade infraestrutural de trabalho, disponibilizando prédios comerciais,

salas e locais para o comércio, como também toda uma rede de serviços e entretenimento, que acaba trazendo ou mantendo o morador das cidades vizinhas em Vitória. Esta concentração populacional, que de maneira recorrente ocorre com aporte financeiro para os gastos em busca de divertimento, impulsiona a oferta das drogas ilícitas. Os traficantes encontram a facilidade de estarem pulverizados em toda parte da capital capixaba, pois o seu lócus de atuação, morros e manguezais mal aterrados, representam boa parte da região central da ilha e alcança todos os bairros, permitindo que o interessado encontre todas as drogas bem perto de sua residência ou trabalho, sem atropelos ou perigos. Daí a grande maioria dos entrevistados ser residente de Vitória.

O caso exclusivo de Serra, um dos maiores municípios em termos territoriais e populacionais, verificou a instalação das grandes empresas de *commodities* e todas as outras empresas satélites, comércios e serviços que cercam as grandes indústrias em seu território o que propiciou a instalação de toda sorte de serviços de apoio, sendo possível permanecer na Serra para trabalhar e viver. Sua população é dividida em dois grupos muito característicos. Os primeiros ocupantes são a grande concentração populacional, decorrente da ocupação marginal e periférica daqueles que vieram em busca dos empregos das indústrias e que não conseguiram colocar-se na cidade, representado pelos conjuntos habitacionais populares e as ocupações ilegais desordenadas. Para ambos os casos há uma certa precariedade nos serviços públicos o que transformou a ambos em locais de exclusão. Para o outro grupo populacional, formado posteriormente no final do século passado e atualmente, representa a ocupação do excedente populacional que mesmo tendo meios para viver no centro, preferiu seguir um dos principais vetores de expansão imobiliária na região metropolitana, optando pelos condomínios fechados, ícone de uma exclusão reversa, com a auto segregação de uma pequena parcela, mas crescente, da população que se encastela em muros fortificados para atenuar o medo da selvageria dos indesejáveis. E mesmo assim os moradores dos condomínios fechados não deixam de acessar os guetos para obter a droga.

Ao município serrano é possível perceber o mesmo movimento pendular de sua população para Vitória, mas em menor intensidade que os demais municípios. Daí verifica-se uma maior incidência de infratores traficantes de drogas na região de

Vitória e Serra pelo binômio, entre outros fatores, de mercado de consumo local e com capacidade econômica de acesso.

Para o caso de Guarapari, cidade essencialmente turística que tem um movimento sazonal enorme para os períodos de verão ou das férias estudantis, os delitos eclodem mais intensamente neste período. Os números apresentados no gráfico colhido junto ao CIODES não têm a especificidade do período, trata-se da coleta anual. Sua população local é modesta e fica bem representada pelo valor apresentado. Contudo, suas terras são amplamente utilizadas pelos matutos e distribuidores para esconder os carregamentos de drogas e distribuí-los quando solicitados. A facilidade para tal exercício deve-se ao fato de ser o município metropolitano mais distante da capital, repleto de casas e lugares que somente se ocupam por um período pequeno no ano. Dispõe o efetivo policial de menor proporcionalidade, em relação as demais cidades membros da Grande Vitória, propiciando a utilização dos espaços vazios na ocultação de produtos de crime que além do tráfico vão aos desmanches para veículos, casas de jogos de azar, construção e aquisição de imóveis com fins de lavagem de dinheiro, execuções extrajudiciais, homizio de armas usadas em ilícito.

Quadro 2 – Unidades da Polícia Militar e Efetivo Previsto, 2010

Unidades da Polícia Militar na Grande Vitória	Efetivo previsto
1º BPM – Vitória	830
4º BPM – Vila Velha	829
6º BPM – Serra	830
7º BPM – Cariacica e Viana	829
10º BPM – Guarapari	267

Fonte: Quadro de organização da PMES, a partir de 06.04.2010

4.2 Habitação

A história político-econômica e social do Brasil é cravejada de exemplos de má distribuição de renda, desigualdade e conseqüente exclusão social. O produto desta fórmula perversa, entre outros, é a baixa condição de vida da população desprovida de renda insuficiente para suprir as faltas do estado no fornecimento das condições básicas de subsistência. Mesmo sendo alvo de proteção constitucional, elencado dentro dos direitos sociais, a moradia, item de indispensável papel na

constituição fundamental de uma existência digna e cidadã, historicamente, sempre teve tratamento como item voluptuoso, como observa SIQUEIRA(2008, p222):

Indicadores sociais mais recentes expressam a grave crise de moradia no Brasil, principalmente para os segmentos populacionais menos privilegiados economicamente.[...] Marcando especificidades históricas temporais distintas, a questão habitacional encontra-se presente desde o final do século XIX, principalmente no centro econômico mais dinâmico do país, estendendo-se, com mais gravidade, no decorrer do século XX, acompanhando o processo de desenvolvimento urbano.

Esta majoração do valor da habitação trouxe ao brasileiro a noção de que a casa é objetivo de toda uma vida, ou várias, um sonho tão almejado, mas pouco conquistado devido as dificuldades de alcançar um espaço público urbano regular e edificar o seu imóvel. O território urbano, comumente, já se encontra loteado aos interesses de alguns e não permitem a inserção da vontade coletiva em detrimento de tais interesses particulares. Sob está dificuldade em estabelecer-se, sobra aos menos providos ou a ocupação desordenada em locais inapropriados, nos morros e encostas que apesar de serem mal construídos e precários, estão próximos da região central do trabalho e dos serviços públicos, mesmo que intangíveis por outras razões que não a física. Ou vão se dirigir para os subúrbios, às franjas das cidades onde a possibilidade de ocupação de um espaço mais amplo e não menos desorganizado que o primeiro. Acaba por sofrer as penas da distância ao centro e os problemas inerentes do transporte público. Em ambos os casos as dificuldades pela busca do sonho da moradia própria é tamanho que os ícones habitacionais definidos por SIQUEIRA(2008, p222) vão apenas se adaptar aos novos tempos, mas vão se perenizar pelo princípio da precariedade habitacional, do improvisado de ocupação e instalação e na insalubridade imposta pelo adensamento.

Acompanhando o movimento das transformações ocorridas no espaço urbano e na habitação, delineia-se um quadro de formas de habitação claramente definidas na história urbano/industrial brasileira, que se inicia com as estalagens, os cortiços e a vilas operárias. Paralelamente, foram se estabelecendo as favelas, assinalando de forma mais acentuada as desigualdades sociais no espaço urbano

Tornando a pesquisa, foi processado no espaço amostral a investigação e análise para caracterização das condições de moradia das famílias dos entrevistados, sob o aspecto da quantidade e de quem residia com o entrevistado. Como habitação definiu-se como a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, separado ou limitado por paredes, muros, cercas e outros. A

independência é atendida quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair e acessar o logradouro público sem passar por local de moradia de outras pessoas a fim de evitar a confusão de habitações, tão comum em locais muito adensados. Destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia.

Gráfico 3 – Situação de Companhia do Entrevistado na sua Residência, 2009/2010.



Fonte: pesquisa para a dissertação.

Na compilação dos dados verificou-se um extrato aproximado das constituições familiares vistas pelo IBGE que contraria o senso comum de modelo familiar tradicional, nuclear, composta pelo pai provedor, mãe e filhos para um gênero citado pelo IPEA(2009) de mulher cuidadora ou homem provedor. A mulher vem assumindo novos papéis sociais, se inserindo no mercado de trabalho e influenciando cada vez mais na renda das suas famílias, inclusive como única provedora, em qualquer faixa etária, mesmo que ainda atrelada aos papéis tradicionais, de responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com os membros dependentes, cada vez mais negligenciados por conta da extrema carga de trabalho externo dela. E esta inserção das mulheres não é mais uma estratégia de incremento da renda

domiciliar, de composição de um maior rendimento dos ganhos do homem “chefe” do domicílio. De fato constata-se que, atualmente, a mulher é a responsável exclusiva em um a cada três domicílios no Brasil, conforme tabela abaixo, onde os maridos migram ou abandonam os lares e deixam para a esposa a responsabilidade da casa e dos filhos, confirmando as transformações sociais contemporâneas e os novos arranjos familiares.

Quadro 3 – Chefia de Domicílio, por sexo, 1996-2008

		Ano	1996	2002	2006	2008
		Sexo	Urbano	Urbano	Urbano	Urbano
Sexo responsável pelo domicílio		masculino	80,21	76	72,38	67,65
		feminino	19,79	24	27,62	32,35

Fonte: Macrodados das PNADs 1996, 2002, 2006 e 2000, IBGE.

Abstrai-se mais deste fenômeno, que os comportamentos sociais urbanos de arranjo familiar vem se adequando a necessidade de homem ou mulher provedor ter maior competitividade que o mercado de trabalho, trazendo redefinição de hábitos e costumes. Para as mulheres, outrora relegadas a solidão e o preconceito se deixadas por seus companheiros passam a gozar de liberdade idêntica dos homens, escolhendo a vivência com companheiros para definição futura de qual destino se dará para a união. Nesta nova composição de afeto entre pessoas, os vínculos são menores entre os companheiros que mesmo tendo frutos advindos da união, verifica-se certa facilidade em desvinculação a família constituída, restando exclusivamente a mãe/mulher os cuidados e o sustento dos rebentos.

Outro fator que se extrai da conformação familiar predominante, de mãe esteio financeiro e chefe da família é que sua dupla atribuição não traz solução financeira para a família porque ela tende a ter, por herança histórica, remuneração inferior ao homem no exercício da mesma função e com isso verifica-se uma renda per capita menor para todos, confirmando a situação de pobreza e desprovimento de meios de acesso às necessidades mínimas, trazendo a associação de pobreza e miséria a estas famílias.

Quadro 4– Rendimento nominal mensal das mulheres, 1991-2000

Rendimento nominal mensal das mulheres de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1991/2000	
	Rendimento nominal mensal (R\$)
	Médio
Sudeste	457
Minas Gerais	277
Espirito Santo	310
Rio de Janeiro	486
São Paulo	545

Fonte: Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. In: Estudos e Pesquisas Informação Demográfica Socioeconômica n.8. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/perfilmulheres.pdf>. Acesso em: 03 Agosto 2011.

Dentro desta conjuntura, os demais membros da família, filhos e colaterais menores, restam então a sensação/dever de incumbir-se de seu sustento, já que as referências de sustento, as mulheres, possuem menores oportunidades de emprego, são subempregadas em atividades precárias e percebem uma baixa remuneração. Fica a cargo de cada um acessar aos recursos materiais e sociais da forma que for possível para melhoria de sua vida pessoal e quando possível de sua família. Este fator vai lançar a todos em atividades laborais, lícitas ou não para o sustento próprio e o familiar. Vão para a rua mesmo tendo-a desde a formação com símbolo dos perigos e da violência, não restando alternativa a não ser cumprir seus rituais de acesso, sujeitando-se a violência do mundo cão, executando alguns serviços legais informais e para alguns, usando e vendendo drogas, cometendo pequenos delitos, mendigando.

Segundo a pesquisa, tanto a bibliográfica e os relatos coletados em pesquisa, a rua representa grandes possibilidades de se conseguir liberalidades. Nas palavras de um entrevistado: *“na rua a gente faz o que quer” narra o reeducando SMJ. completa que “na rua se pode conseguir coisa que em casa não é possível, [...] se chegar em casa com uma coisa nova, minha mãe me bate e manda devolver.”*. Esta oposição ao símbolo casa indica que o estilo de vida das crianças, jovens e adultos conduz a escolher a rua em detrimento daquela. Mesmo com estes atrativos e liberdades da rua, a exposição perigosa a violência dos inimigos, *“dos cachorros”* em referência a polícia ou *“os alemão”*, os inimigos de outro bairro ou de outro bando rival conduz a muitos jovens a retornarem a casa, mesmo para aqueles,

nos casos dos menores reeducandos, os ditos meninos na rua, que são mais suscetíveis aos reclames e as sanções dos pais e demais familiares, pois a casa representa o espaço de refugio do “*mundo cão*”, menos exposto, portanto, apropriado inclusive para o cometimento de atividades ilegais de guarda, endolação, tráfico, serviços que requerem anonimato e menor exibição. Esta intimidade que a droga requer acaba por contaminar toda a família e corromper a mãe e seu espaço, o lar que é organizado por ela, guardiã do mundo privado e toda família, que assiste, passiva ou dolosamente, o delito acontecer dentro de casa. CHAVES *apud* MOURA (2005, p64) endossa a domesticação do delito, com propriedade, dizendo que as atividades ilegais se estabelecem em uma base familiar. “Tal se deve ao fato desta atividade (o tráfico) se centrar muito no foro doméstico e em relações comerciais estratégicas e não tanto na construção de uma fachada de rua”.

4.3 Idade

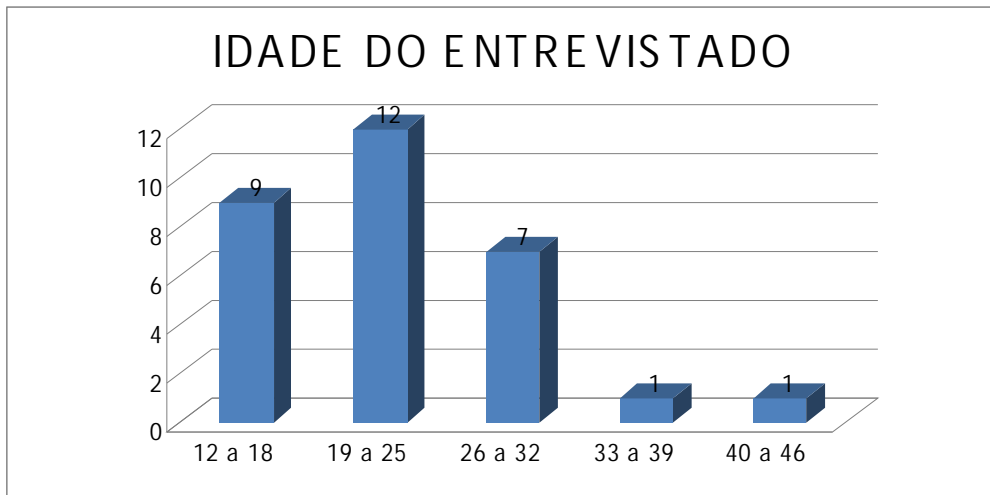
Durante a instrução do questionário a ser feito junto aos entrevistados, a coleta da idade pareceu mera formalidade e uma coleta simples de dados. Porém vislumbrou-se que a compilação retrata uma interferência intensa do tráfico de drogas na desestruturação social, por conta de ser um canal de saída para os problemas oriundos da baixa escolaridade e das pouquíssimas chances de inserção no mercado de trabalho que os moradores das áreas de exclusão enfrentam. Esta grande parcela da sociedade, marginalizada e entregue ao desemprego, desigualdade e ausência de políticas sociais encontram saída para suas necessidades, mas aqueles que optam pelo viés do ilícito apresentam-se como ingredientes fomentadores e potencializadores da criminalidade e violência. A vitimização decorrente dos embates entre grupos rivais e estes contra as forças de segurança conduzem a prisão e morte de muitos destes envolvidos. Daí vê-se o ingresso de pessoas cada vez mais jovens no comércio ilegal de entorpecentes, não pela opção clara opção em delinquir, mas pela alternativa viável de substituição dos ausentes, vista como uma forma perversa de valorização social, como explicita SOUZA (2000, p.82):

[...] traficar é, e ao mesmo tempo não é, uma questão de escolha. Os favelados não escolhem suas estratégias de sobrevivência com a mesma liberdade que um jovem de classe média alta opta entre estudar Medicina

ou Engenharia. E o núcleo de cálculo racional envolvido tem mais a ver com o pólo da necessidade que com uma dimensão de liberdade.

Aufere-se também nos dados coletados e na bibliografia que o envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico de drogas cresceu consideravelmente não só na assunção de novas funções assumidas de avião, vapor, fogueteiro ou olheiro, ditas de menor importância dentro da estrutura organizacional da quadrilha, mas pela facilidade de trânsito e a insuspeição que a figura infanto-juvenil traz ao ilícito. Mais que isto, ao menor cabe punibilidade menor do que ao maior, o dito ato infracional, que se não for entendido pelo delegado responsável pela lavratura do flagrante como sendo de potencial ofensivo, culmina com a liberação do menor, colocando os menores em posição privilegiada para o tráfico, pois concorrem menos ao risco de serem presos. Segundo os dados colhidos, cerca de 30% dos envolvidos com o tráfico encontram-se na faixa etária abaixo dos 18 anos, apontando a tendência para utilização da mão de obra de crianças e adolescentes nos ilícitos pelas razões supracitadas. Em pergunta complementar ao questionário, cerca de 20% destes reeducandos assumiram terem ingressado no tráfico de drogas como atividade laborativa, em tempo integral, afastando-se da escola e família, por volta dos 12 a 13 anos de idade. Sua arrecadação no exercício do ilícito proporciona possibilidades de inclusão social pela facilidade a adquirir bens de consumo, tais como a vestimenta da moda, pelo traje do momento e pela possibilidade de aquisição de outros bens que são vistos apenas pelas vitrines ou pela televisão. O tráfico abre as portas inclusive da casa, pois a capacidade contributiva do menor nas despesas do lar permite que aquele membro retorne ao convívio familiar agora como participe da meação das despesas e assim, com status diferenciados do outrora mero sustentado. Sua influência no lar como co-provedor é tal que os vícios e os comportamentos inadequados passam a ser tolerados.

Gráfico 4 – Idade dos entrevistados, 2009/2010.

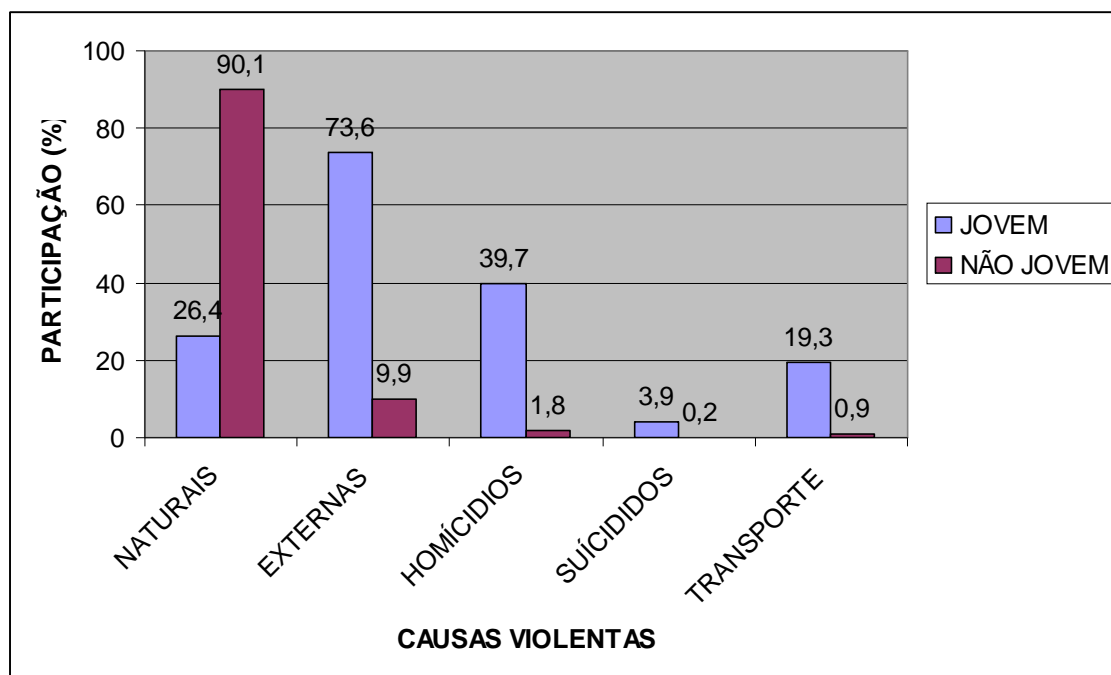


Fonte: pesquisa para a dissertação.

Verifica-se ainda na coleta feita que 40% dos entrevistados encontram-se na faixa entre dezenove anos completos até os vinte cinco anos. Retratam pois, aqueles que também ingressaram, segundo o questionário realizado, nas diferentes funções do tráfico de drogas, realizando as tarefas de menor complexidade e sendo “promovidos”, em face da intensa rotatividade característica da função, indo de olheiros a gerentes, conseguiram sobreviver. Aqueles que ainda se matem na atividade ou vivos, gozam de certo prestígio e poder, pois sobreviveram a uma intensa vitimização que aplaca os menores e jovens brasileiros do sexo masculino. Dados coletados pelo Instituto Sangari no Mapa da Violência 2011 - Os Jovens do Brasil demonstram queda na população jovem, fruto de vários fatores como a urbanização e modernização da sociedade brasileira. Mas também faz relevo aos índices alarmantes de violência, em seu extrato mais tétrico e extremo, a morte. No mesmo estudo, valendo-se de índices apresentados nos estudos do IBGE, verifica-se que o quantitativo de jovens masculinos no Brasil decaiu de forma preocupante. Em 1980, eram 25,1 milhões jovens para uma população total de dos 118,7 milhões de habitantes, perfazendo 21,1% de jovens em toda população. Para os dados coletados em 2008 o país contava com um contingente de 34,6 milhões de jovens em um total populacional 189,6 milhões de habitantes o que mostra a queda de jovens 2,8% na população total.

A ilustração a seguir aponta que as mortes externas não naturais assolam a população jovem.

Gráfico 5 – Causas de Mortalidade Jovem e Não Jovem (em %). Brasil, 2008.



Fonte: SIM/SVS/MS

Para o Espírito Santo, verifica-se um índice de 83,2% das mortes em jovens decorrente de causas externas não naturais, com 76,7% devido a fatores violentos.

Quadro 5 - Estrutura da Mortalidade

UF/REGIÃO	CAUSAS POPULAÇÃO JOVEM							CAUSAS POPULAÇÃO NÃO JOVEM						
	NATURAIS	EXTERNAS	TOTAL	HOMICÍDIOS	SUÍCIOS	ACIDENTES TRANSPORTE	MORTES VIOLENTAS	NATURAIS	EXTERNAS	TOTAL	HOMICÍDIOS	SUÍCIOS	ACIDENTES TRANSPORTE	MORTES VIOLENTAS
Espírito Santo	16,8	83,2	100,0	57,7	1,3	17,7	76,7	84,8	15,2	100,0	3,9	0,1	1,2	5,2
Minas Gerais	27,5	72,5	100,0	36,0	4,6	22,4	63,0	91,3	8,7	100,0	1,4	0,2	0,9	2,4
Rio de Janeiro	24,5	75,5	100,0	42,2	0,8	11,6	54,6	90,7	9,3	100,0	1,6	0,0	0,4	2,1
São Paulo	33,0	67,0	100,0	24,4	4,2	26,7	55,3	92,3	7,7	100,0	0,7	0,1	0,8	1,6

Estrutura da Mortalidade: Participação (%) das Diversas Causas. Por UF e Região. População Jovem e Não Jovem. Brasil, 2008. Fonte: SIM/SVS/MS

Quanto aos entrevistados que se encontram acima da faixa etária dos trinta e três anos, estes são sobreviventes raros. Pouquíssimos suportam as investidas dos órgãos de segurança ou as eternas contendas por território ou por pontos de venda. O tráfico e o consumo de drogas coloca em ponto de ebulição a violência no Espírito Santo, trazendo para seus partícipes um risco intenso e a necessidade de proteção, do uso de armas de fogo o que potencializa ainda mais o risco de morte, não se esquecendo dos riscos de saúde pelo uso continuado de substâncias psicotrópicas. O fato de portar uma arma traz ao indivíduo a caracterização da

Policia de perigoso, hostil e violento, mesmo que não faça uso dela com a constância. Uma abordagem a um individuo sabidamente armado tende a ser violenta e perigosa para a incolumidade de todos. Neste belicoso retrato de proteções e avanços na atividade comercial do tráfico, significa necessariamente em um aumento das mortes violentas, importando assim em um círculo vicioso, de recrutamento de pessoas de maior vulnerabilidade social, mais jovens, mais precoces.

No sitio eletrônico da Secretária Nacional de Segurança Pública endossa o crescimento da violência no Brasil, principalmente sobre o elemento das drogas:

A análise dos índices de criminalidade violenta mostra que os crimes violentos contra o patrimônio, além de apresentarem as maiores taxas entre 2001 e 2003, também foram os que mais aumentaram neste período. Os delitos de trânsito apresentam valores de taxa também significativos, porém encontramos uma estabilidade na sua incidência no período. Por fim, destacamos o crescimento significativo dos delitos envolvendo drogas no período, mesmo com taxas de incidência relativamente baixas. Destaca-se, ainda, a estabilidade na incidência dos crimes letais e intencionais entre 2001 e 2003 e a queda ocorrida nos crimes não letais contra a pessoa, também neste período, no Brasil.

Assim, abstraindo a sorte do fator sobrevivência, a figura de um infrator de trinta e três anos ou mais somente se enquadra se este for um elemento que não lida com a violência rotineira do tráfico, como os casos do matuto e do revendedor ou por ser um caso peculiar de individuo que por razões diversas escapou do resultado geral de morte e representa uma exceção.

4.4 Familiares no tráfico

Para divisão dos dados coletados, em face do conceito adotado pelo IBGE(2010) de família como sendo o “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que reside na mesma unidade domiciliar” tem-se grande dificuldade de aceitação para o senso comum, principalmente dos entrevistados, que adotam diversas conformações familiares e denominações diferentes. Para muitos, parentesco advém somente do liame consangüíneo, direto de ascendência ou descendência, dos pais e dos filhos. Para outros, a colateralidade, há aceitação da ligação por um ancestral comum, distinto da ascendência ou descendência, tal como irmãos, os tios, os sobrinhos, os

primos-irmãos, os tios-avós e os sobrinhos netos também permitem serem vistos como família. Por fim, há aqueles que também acolhem o parentesco por afinidade, o decorrente da adoção ou de outra origem é ligação que se estabelece com os familiares de um dos cônjuges.

Mesmo considerando a negação de envolvimento como uma possível estratégia protetiva dos familiares que estão exercendo o tráfico fora das cadeias, e pelo fato cultural arraigado de que o bom bandido não denuncia seus comparsas²¹, ainda é possível auferir que 50% dos entrevistados confirmam terem parentes, entes consangüíneos, ascendentes, descendentes ou afins envolvidos na atividade de traficar drogas.

Gráfico 6 – Envolvimento de parentes dos entrevistados com o tráfico, 2009/2010.



Fonte: pesquisa para a dissertação.

A alegação para a continuidade no ilícito, mesmo cômicos dos riscos herdados aos familiares é que a rentabilidade compensa, conforme narra CJA: “a grana que eu levanto dá pra manter minha mulher, filho e minha mãe, além de pagar minhas despesas aqui dentro. não é fácil, não doutor.” De fato, os lucros são consideráveis. Para pouca ou nenhuma formação acadêmica ou profissional o que resta a um individuo com esta conformação é um emprego braçal que renderá algo

²¹ Delatar, dedurar, é aquele que denuncia atividade ou procedimento ilícito de alguém.

próximo entre um salário mínimo ou dois mensalmente, enquanto uma atividade inicial de vapor chega render meio salário por noite e para um dono de boca, sabe-se lá quanto se pode chegar. Mais há mais que isto. O afastamento do Estado permite a existência e a proximidade do exercício da atividade ilícita na comunidade, até dentro das casas. Para as famílias viventes, não há tempo para a função disciplinadora, pois todos que podem estão entregues a alguma atividade laboral, permitindo que aquele infrator não sofra a devida recriminação e censura de seus familiares. Ao contrário, por representar mais uma fonte econômica muito lucrativa, de subsidio das despesas do lar mesmo que de origem duvidosa, o comportamento familiar transforma-se, passando a ver o então infrator com leniência e permissividade, até com acolhimento. O modelo social desta comunidade se altera de tal forma que a aceitação e o apoio ao tráfico passa ser aberto. Muitos moradores têm ligações particulares com traficantes, permitindo o uso de suas residências e pontos comerciais para os serviços que envolvem o tráfico, mantendo suas portas e quintais devidamente abertos, permitindo rotas de fuga caso seja necessário, devido ao fato de terem crescido juntos ou por ter familiares envolvidos com o tráfico de drogas. Em troca, tem suas contas pagas pelos traficantes e as garantias de proteção. Mais, as casas passam a ser lugar de homizio para drogas, armas, membros das gangues feridos “em batalha”. Receber e guardar estes itens representa recompensa pecuniária vantajosa imediata e a recusa pode custar até vida. “*é a lei do cão*”, diz CJA.

E quando um deles é detido, como o caso de todos os entrevistados, fica para trás toda a dificuldade financeira que a família passa ter sem o aporte do dinheiro do tráfico. As dívidas com os revendedores e donos de boca, advogados e outras demandas precisam ser saldadas e não raro tal débito recai para a família do preso. Não se vê comportamento econômico por parte destes indivíduos para amearhar alguma reserva de capitais para as situações de perigo e precisão. A economia ou o acúmulo do capital auferido é preterido, sendo escolhido o dispêndio pleno de tudo o que ganham, aquilo que Zaluar (1994) denominou “*consumo orgiástico*”. A família, sujeita desde antes aos moldes do tráfico, não pode ativar os órgãos de poder do Estado para evitar a cobrança porque eles raramente serão presentes para garantir a incolumidade perante as retaliações futuras. MNS, recluso no PSMA diz “*o advogado vem e só trabalha se tiver grana na parada. se não tem*

dinheiro ele aceita tudo, carro, moto, tv. já vi casos de advogado encomendar até carro roubado com parceiro meu”.

Na prisão, o traficante se encontra cercado de outros que entendem a linguagem que delatar sua participação no tráfico, chamar a polícia poderá causar grandes prejuízos ao negócio e o princípio da não delação deve ser mantido, sob pena da morte do delator. A única via é continuar no movimento, através de seus familiares que prosseguem no tráfico, passam fazer favores de homizio de drogas, armas e foragidos, até prostituírem-se, conforme for o caso. Não raro se vê mulheres de presos trazendo celulares ou drogas introduzidos em suas vaginas ou ânus para outro preso, o credor da dívida de seu marido, filho ou irmão. É possível ver outros presos com objetos alheios escondidos em seus orifícios. Vê-se também mulheres casadas que vão aos presídios nos dias de visita íntima, momento em que se permite o contato sexual entre preso e visitantes previamente cadastradas e são entregues a outros homens para saldar a dívida de seus “companheiros”.

Alias, a redefinição do papel da mulher na sociedade e na família, transformando-a em elemento produtivo, exercendo o trabalho, informal ou não, para o auxílio ou o sustento dos seus, também trouxe para mulher a participação intensa no tráfico de drogas. Na falta do homem provedor, a nova ética social acolheu a mulher como a nova provedora da família, mais independente que antes, mas ainda devota as vontades e ordens do marido ou companheiro. Presa pelos elos afetivos, a mulher dá continuidade as atividades exercidas pelo companheiro para o custeio das despesas do lar ou para o pagamento das dívidas deixadas, pelo amor, pela submissão.

Resta, portanto, para os familiares que exercem alguma ocupação, em regra, com alta informalidade e concentrada no comércio e na prestação de serviços, tentar honrar o débito deixado, tarefa quase nunca conseguida. Quer seja pela não consecução, que seja pelo déficit econômico, os familiares acabam recorrendo cedendo a promiscuidade do convívio com os infratores, fazendo, agora, às vezes daquele que fora preso. Em trabalho acadêmico MOURA (2005, p.52) deixa límpida a imperativa necessidade do envolvimento com tráfico para suprir aquilo de mais básico:

[...] é válido dizer que o “trabalho” do tráfico de drogas, para a maioria das presas, situa-se na dimensão da necessidade. Assim, a dimensão do “trabalho” dessas mulheres está dirigida fundamentalmente para o mercado, para o capital e para atender às necessidades humanas e não para realização como trabalhadora.

A diversidade parental, primos, cunhados, sogras, pais, filhos envolvidos no tráfico decorre do convívio singular destes familiares em um mesmo aglomerado, geralmente em uma edificação amplamente repartida em diversos cômodos. A casa, objeto de desejo de muitos e privilégio de poucos, passa ser possível apenas pela divisão desordenada de uma edificação primária que acaba por ser estendida, repartida, aumentada em seus pavimentos, tal como o IBGE nomeia os amontoados subnormais, as unidades constituintes das favelas, local que não possui arruamento regular, de ocupação ilegal, desprovida de oferta formal de serviços públicos, em verossimilhança com a descrição do final do século XIX feita por BARRETO (1983, p161) aos cortiços, “casas que mal davam para uma pequena família, são divididas, subdivididas e os minúsculos aposentos assim obtidos alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses *caixotins* humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino.”

Gráfico 7 – Quantidade de pessoas viventes nas residências dos entrevistados, 2009/2010.



Fonte: pesquisa para a dissertação.

A estrutura familiar composta por pai, mãe e filhos não é o retrato obtido na coleta de dados da entrevista. Acontece-se que aglomerações com mais de seis pessoas dentro de um mesmo habitáculo representa 44,8% dos entrevistados. Mesmo os 55,2% dos entrevistados que alegam piamente que residem em casas somente com suas companheiras e filhos, não foi possível averiguar se eram casos de famílias que vivem isoladas em sua própria casa ou atribuíam a um cômodo ou dois a denominação de casa, mesmo que tais cômodos não tenham dependência de outros que compõem a casa de outrem, tal como acontece com VOS que tem sua companheira e filhos vivendo em um quarto provido de banheiro. Para as atividades de feitura de comida ou lavagem de roupas é necessário acessar o restante da casa da mãe de VOS.

Informalmente, apurou-se a coabitação de varias famílias em um mesmo espaço, ligadas por um laço parental, de afinidade, dependência doméstica ou normas de convivência. Esta diversidade de co-habitantes nesta amostra trouxe muitas variações parentais. Primos, avós, tios, cunhados e outros foram descritos como familiares que ocupam o mesmo espaço fragmentado de uma edificação geralmente desprovida de planejamento ou respeito a qualquer postura pública de construção. O embrião da casa passa ser particionada em diversos “puxadinhos”, cômodos construídos apegados a casa principal tanto no mesmo nível como na parte superior, produzindo vários pavimentos, trazendo maior depreciação a qualidade de vida de um número cada vez maior de cidadãos do espaço metropolitano. Trata-se do processo de fragmentação mobiliária²² que além de adensar e dificultar ainda mais o acesso aos serviços públicos de uma população historicamente excluída, vai trazer um acentuado ao grau de promiscuidade e falta de privacidade nesse espaço, aos moldes das famílias proletárias do início da era industrial, que eram acomodadas aos montes em prédios subdivididos em partições mal dimensionadas para recepção de famílias inteiras.

Este apinhamento populacional também vai propiciar a possível consequência de transmissão da atividade ilícita de tráfico aos demais membros da sua conformação familiar. A falta de privacidade e a dificuldade de vislumbrar uma

²² Expressão usada em trabalho acadêmico de Vinicius Lucas Santana da PUC-RJ, e vista em trabalhos realizados pela Fundação João Pinheiro, instituição oficial de estatística de Minas Gerais vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Refere-se ao adensamento excessivo visto em domicílios que apresentam um número médio de moradores superior a três por dormitório, em uma residência que o número total de cômodos corresponde ao número de dormitórios.

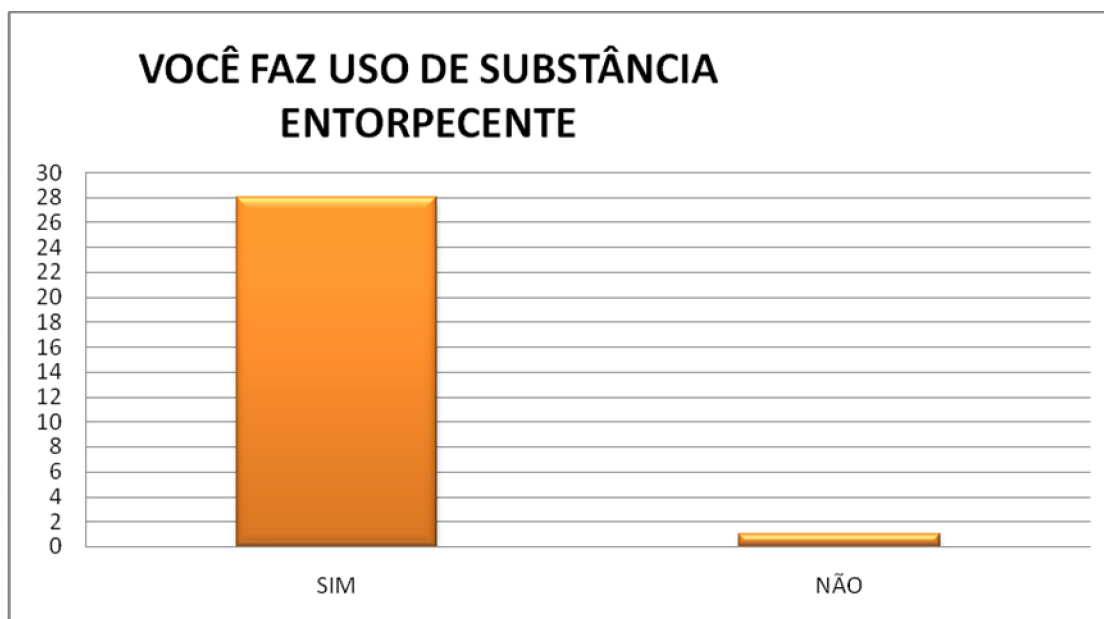
barreira física entre as residências vão permitir que drogas e armas sejam escondidas em qualquer lugar do aglomerado. Isto também acaba por afetar os procedimentos policiais. Ao se deparar com algo ilícito em algum dos cômodos, não raro vêem-se as buscas se estenderem a todos os demais, mesmo que formalmente protegidos pela Constituição Federal.

A mesma confusão também vai permitir a comunicação de hábitos que no caso do tráfico também vai transmitir aos demais residentes do aglomerado as vantagens e perigos. CCT alega em sua entrevista que escondia suas cargas e o dinheiro arrecadado no seu quarto que era dividido com seus irmãos e primos. Tão logo foi possível, um de seus primos pediu a CCT para ser apresentado na boca.

4.5 Drogas: consumo e comércio

O questionário traz a pergunta sobre o uso ou não de drogas pelos entrevistados. Não há relutância em admitir, que mesmo dentro da cadeia, 96,5% deles são usuários ainda contumazes de alguma substância entorpecente ilegal. O caminho para o envolvimento pessoal de uso de drogas perpassa pela retórica da experimentação e/ou uso eventual, fomentada pela influencia dos amigos, conhecidos e parentes, aliado a facilidade ao acesso as substâncias entorpecentes.

Gráfico 8 – Situação de uso de drogas pelos entrevistados, em números absolutos, 2009/2010.



Fonte: pesquisa para a dissertação.

Mesmo não sendo apurado o nível de uso ou dependência de cada entrevistado com as drogas, verifica-se dois paradigmas impostos pela facilidade de acesso, a baixa proteção social do meio promovendo a transgressão das normas morais estabelecidas e a pressão do grupo influenciando determinados comportamentos de confirmação de masculinidade e virilidade. O primeiro é aquele que experimenta as drogas, alcança o uso esporádico ou contumaz conforme sua dependência e por viver já em contato com pessoas próximas, permite seu acesso ao tráfico para custeio de seu vício/prazer e ainda traz dividendos para suas outras necessidades. A outra conformação é acesso ao tráfico também pelo contato pessoal de parentes e amigos já inseridos e depois lá, passa a usar a droga. Segundo consta a cultura popular afirma-se que o tráfico é incompatível com o uso de drogas, mas o que se vê é que apenas para o exercício de funções mais elevadas dentro do tráfico tal dilema é seguido, apesar de permitir um acesso cada vez maior às drogas, o uso é conflitante porque a responsabilidade e lucidez requeridas para manter as contas e as cobranças o que afastam o uso proporcional ao contato.

Infere-se do uso de drogas por parte de seus comerciantes também pelas características da atividade. Por tratar-se de serviço diuturno, de atendimento contínuo aos usuários compradores, a exposição também deve ser contínua, impelindo ao vapor, ao olheiro, ao dono da boca, uma carga de “trabalho” cumprida, de até dias inteiros sem intervalos de descanso. Esta exposição sistemática visando o lucro traz diferentes tipos de risco a saúde, pela exposição ao tempo e a baixa qualidade na alimentação. Há que se pesar a aflição decorrente da sensação repetitiva de iminência de prisão, injúria ou morte que torna a “profissão” angustiante, estressante. Para suportar está superexposição permanente, desprovido de alimentação adequada e arriscando-se continuamente na sua vida e liberdade, o indivíduo para manter-se ativo, acaba por usar aquilo que vende, inicialmente de forma recreativa e posteriormente aderida aos hábitos até tornar-se um vício.

Vislumbrando os prontuários em apoio as entrevistas, verifica-se que o uso das drogas por parte dos entrevistados, a maconha aparece como a mais

consumida, sendo freqüente o consumo diário. Isto se deve pelos efeitos²³ relaxantes que a maconha tem e sua baixa propensão a dependência química, oferecendo menores riscos e prejuízos à saúde, além do seu menor valor em relação as demais substâncias entorpecentes. Com o consumo feito em cigarros, não foi possível auferir a quantidade de maconha consumida. Para todos os entrevistados, usuários ou traficantes, o consumo perpassa pelo desfazimento das buchas e na confecção dos cigarros, processo artesanal que pode gerar cigarros de vários tamanhos e diâmetros o que dificulta a identificação de quantitativo de consumo. Sua utilização com finalidade de relaxamento do estresse da vida no ilícito e para apaziguar as necessidades de fome encontra justificção nos relatos dos entrevistados, conforme narra CCT: “*fumar serve para tirar as tensões da correria, dar um relax*”.

Para aqueles que declaram o uso continuado de cocaína, sua freqüência é geralmente espaçada pelas dificuldades de manter o vício e pelos efeitos²⁴ e o preço para manter o uso. A cocaína geralmente usada na sua forma de aspiração produz um estado interessante e favorável de euforia, de bem estar e aumento da auto-estima provocando aquilo que se traduz em “AUMENTO DE CORAGEM” e “LIGAÇÃO”, bem peculiar para aquele que tem necessidade de atenção e observação plenas para evitar as abordagens policiais ou a ação dos grupos rivais. Mesmo assim, é de cultura comum identificar que toda esta “LIGAÇÃO”, o uso continuado provoca paranóias e alucinações perigosas, que acabam por minar o discernimento do certo ou errado, do possível ou não. Nas entrevistas foi possível

²³ Precipuaente, em pequenas quantidades a maconha tende a distorcer os sentidos e a percepção, provocando letargia, redução no controle dos movimentos e desorientação espacial e temporal afetando no hipocampo a atividade neural relacionada à memória de curto prazo e no córtex cerebral a percepção pelos sentidos promovendo alterações transitórias nas sensações pelo tato, visão e audição, levando a uma sensação de prazer). Em grandes quantidades consumidas pode causar confusão mental, paranóia, pânico e agitação. Fonte Drogas : cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. - Brasília : Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, disponível em <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/enfrentamento/kit-de-mobilizacao/serie-por-dentro-do-assunto/drogas-cartilha-sobre-maconha-cocaina-e-inalantes>. Acesso em 20 de junho de 2011

²⁴ A ação da cocaína no cérebro altamente estimulante, produz tagalericice, idéias de grandeza, delírios, alucinações visuais, auditivas e táteis. Provoca em muitos de seus usuários, a sensação de alerta e faz com que se sintam cheios de energia, sociáveis, confiantes e controlados. Causa Hiperatividade, insônia, perda de apetite, pupilas dilatadas, aceleração do pulso e aumento da pressão arterial, taquicardia, perda da sensação de cansaço. O Uso prolongado pode causar uma síndrome paranóica, necessidade de isolamento, ansiedade ou mesmo pânico. Fonte: Drogas: cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. - Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. disponível em <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/enfrentamento/kit-de-mobilizacao/serie-por-dentro-do-assunto/drogas-cartilha-sobre-maconha-cocaina-e-inalantes>. Acesso em 20 de junho de 2011

verificar que o uso da cocaína tem, mas cunho recreativo que habitual, trata-se de um hábito dispendioso e perigoso e por ambos os motivos é visto com muita cautela.

Tudo se altera com o advento de uma mutação do cloridrato de cocaína misturado com bicarbonato de cálcio denominado crack. Seu baixo preço de aquisição, sua facilidade de manuseio e transporte, a velocidade de alucinação e estimulação traz ao contexto social os efeitos de estimulação e agitação motora decorrentes da cocaína com uma velocidade impressionante e a um preço possível a qualquer um. Mais que isto, como seu efeito é quase instantâneo e sua duração é pequena, o uso passa ser contínuo para manter a mesma ligação de que usa cocaína na forma inalável. Esta democratização do crack sob o aspecto econômico, em contraponto a cocaína que é droga tida como elitista, vai se espalhar como um rastilho de pólvora entre todos os segmentos da sociedade. Seus efeitos intensos são rapidamente dissipados, o que provoca o uso continuado de várias doses ou pedras de crack numa mesma sessão, turno de serviço ou noitada, produzindo uma dependência quase que imediata, democratizando também o vício a todos os segmentos sociais.

Para minimizar os efeitos muitos dos alegam usarem crack não na forma isolada, mas acompanhado de maconha, por exemplo, na figura de um estimulante com um depressor que é conhecido por “fristo²⁵”, não afastando porém suas implicações devastadoras. Para o espaço amostral posto, pessoas encarceradas que, em tese, estão afastados abruptamente do uso de drogas, as mazelas advindas dos efeitos da abstinência forçosa desprovida de acompanhamento médico são mais intensos. O resultado do uso viciante do crack, da cocaína e da maconha nas prisões levam a transferência do vício para o alto consumo, também viciante e não menos danoso, das drogas lícitas, em especial, do álcool produzido nas cadeias, fruto da fermentação de arroz e milho de pipoca e do tabaco, que aos moldes do que disse VARELLA (1999, p.137) são tão danosos e perigosos quanto as drogas ilícitas: “Conseguiam se livrar do crack, mas poucos deixavam o cigarro. Tantos foram os casos que acabei convencido de que a nicotina é a substância que mais dependência química provoca.”

Quanto ao tráfico, o tipo de droga vendida indica um retrato da diversificação cada vez maior nas atividades de comércio ilícito de drogas. Outrora, viam-se

²⁵ Confeção do cigarro de maconha com a colocação de farelos da pedra de crack.

nitidamente os comércios exclusivos de maconha, ou “preto” na cultura da rua e o de cocaína, ou “branco”. Ocorre que a busca incessante por drogas que se vê atualmente não permite a especificidade exposta por MISSE(2006, p.12) .

A estrutura de passagem da mercadoria é uma só, de cima para baixo: o “dono” compra de outro “dono”, à vista ou em consignação, ou diretamente de diferentes fornecedores regulares ou de ocasião, à vista, passa, em geral, por consignação contabilizada, ou por venda, ao “gerente geral”. Este faz o mesmo (geralmente por consignação) aos gerentes de cocaína (“gerente do pó” ou “gerente do branco”) e da maconha (“gerente do preto”).

Ou ainda apresentada por Dowdney(2003, p.39)

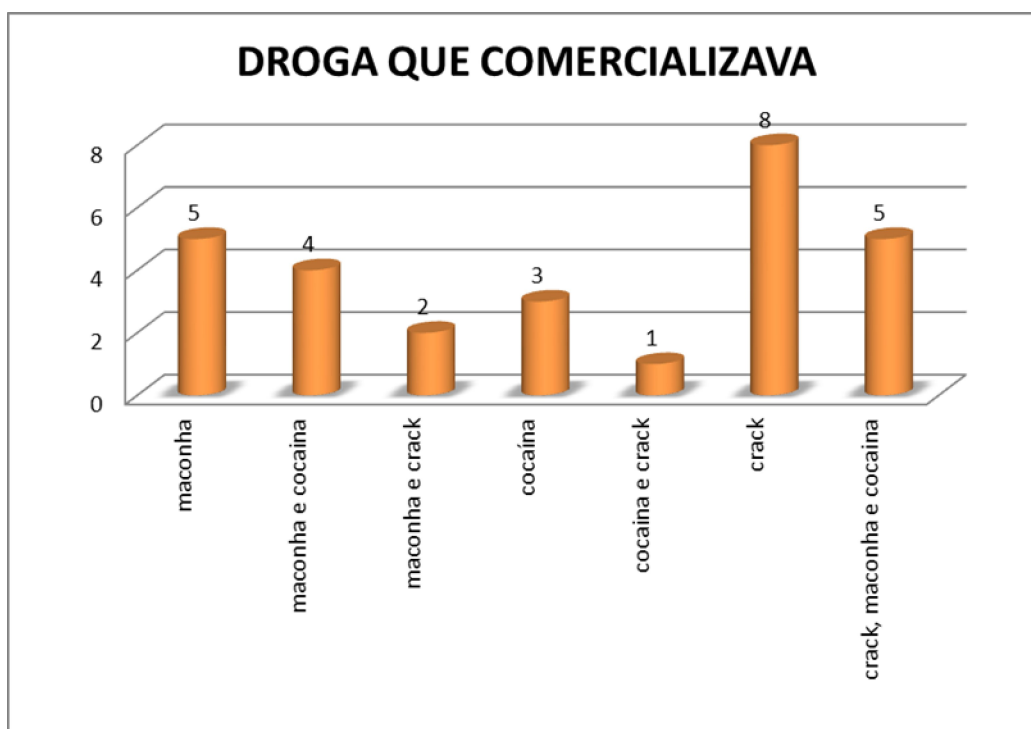
O gerente do preto é responsável por toda a venda de maconha na comunidade, o gerente do branco é responsável por todas as vendas de cocaína [...]. O gerente de preto ganha por comissão, segundo as vendas de maconha vendida na comunidade, o gerente de branco também ganha por comissão, segundo as vendas de cocaína.

O uso misto de varias drogas ao mesmo tempo impele ao comércio novas posturas, de oferta de todas as drogas pelo mesmo vendedor. As características da maconha, sua baixa relação com efeitos nocivos do uso de drogas, seu baixo preço em relação a cocaína facilitam seu comércio, representando cerca 17,58% vendem apenas maconha e 57,14% vendem maconha com disponibilidade de outras drogas. A cocaína, droga elitista dos anos setenta, nas palavras de Velho(1987, p. 132) “um artigo de luxo, servido em bandejas de prata” conheceu sua popularização neste mesmo período, com explosão produtiva ocorrida nos países andinos originários da planta *Erythroxylum coca*. Ainda Velho(1987, p.132) “Hoje em dia, a cocaína, seja lá que tipo for, misturada com talco, seja lá o que for, é um consumo de massa”. A venda exclusiva de cocaína alcança apenas 10,71% não pelo seu valor, mas pela possibilidade do uso e efeito de outras drogas. Cerca de 46,43% do grupo entrevistado comercia cocaína junto com outras drogas o que mostra a democratização do entorpecente mesmo nas camadas mais populares e menos abastadas.

O resultado mais aterrador é a inserção cada vez maior do crack como produto de venda. Uma droga muito barata, que se atribui a possibilidade dependência química desde a primeira vez que é consumida, alcança seus efeitos quase instantaneamente após ter entrado no organismo e abandona seu usuário quase tão rápido quanto veio, deixando apenas a intensa necessidade de usar mais.

Um viciado em crack precisa fumar de vinte a trinta pedras por dia, enquanto o dependente de cocaína e maconha não alcança tão rapidamente estes patamares de vinculação. O aumento pela demanda de crack produz um aumento nefasto na oferta. O Crack vendido exclusivamente tendo maior percentual entre os vendedores específico, cerca de 28,57%. A droga também alcança um alto patamar das drogas vendidas acompanhadas de outras, com 57,14%, o mesmo do vendedor de maconha com outras drogas, mas com efeitos muito mais danosos para a sociedade.

Gráfico 9 – Tipo de droga comercializada pelo entrevistado, 2009/2010.



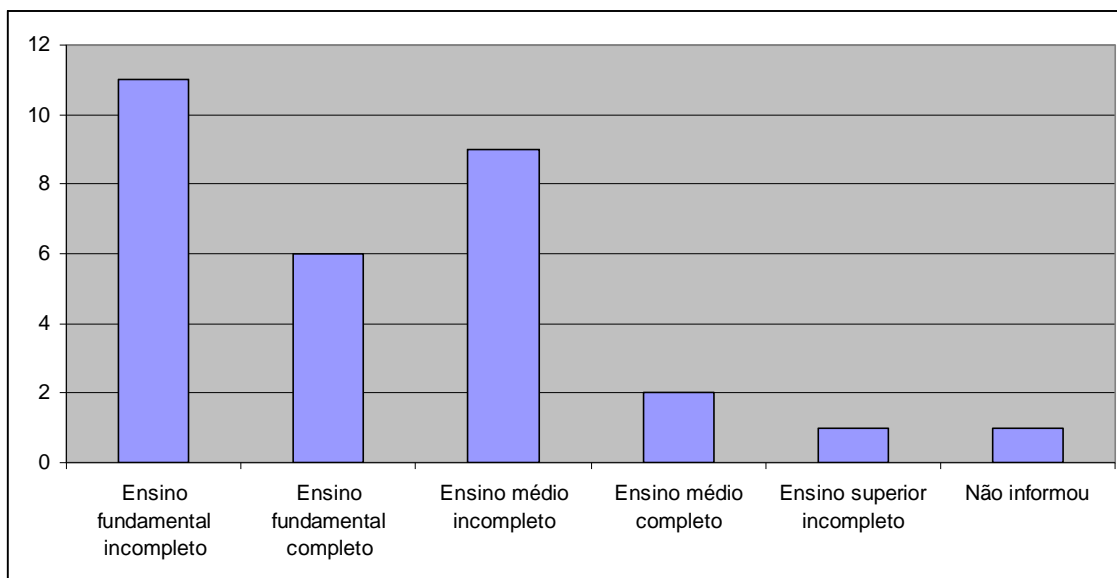
Fonte: pesquisa para a dissertação.

4.6 Escolaridade e ocupação

De acordo com a análise de dados, foi perguntado qual o grau de escolaridade do entrevistado. O resultado aponta que 40% possuem ensino fundamental incompleto, ou seja, não concluíram o mínimo de 9 (nove) anos de estudo conforme dispõe o art 32 da Lei nº 11.274. Outros 26,67% têm o ensino fundamental completo e 23,33% não chegou a concluir o ensino médio, etapa final

da educação básica, com duração mínima de três anos, também descrito pela mesma lei.

Gráfico 10 – Escolaridade respondida pelo entrevistado.



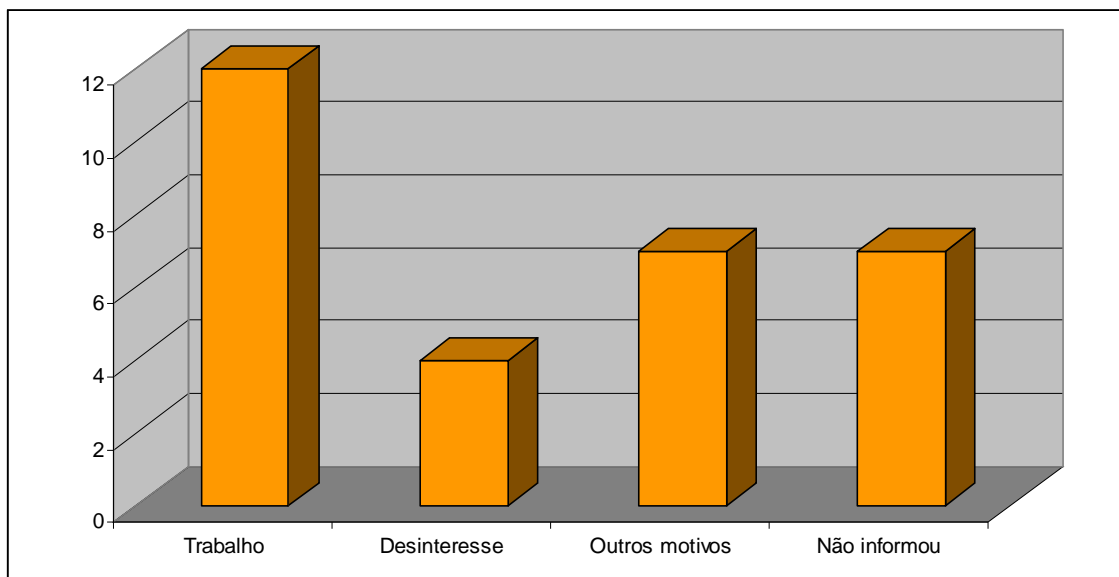
Fonte: pesquisa para a dissertação.

Apoiado em Foucault(2000, p.90) o papel da escola nos tempos modernos ganha um destaque na sociedade, exercendo competência disciplinadora e preventiva de comportamentos, função outrora dividida com a família e outras instituições como a igreja, a fábrica e até a prisão. Este espaço disciplinar de docilização dos corpos mesmo que não conseguindo suprir as demandas de estruturar as pessoas na sociedade hierarquizada, desmarcando lugares e posições, pois ela por si, não consegue suprir a falta dos outros elementos disciplinadores, torna a escola local de forçosa cobrança de horário, de vestimentas, de posturas, passando ser um local de poucos atrativos para a permanência se comparado as liberdades da rua, da casa desprovida da vigilância dos pais.

Mesmo assim, não houve justificção de interrupção dos estudos devido ao antagonismo das praticas cobradas na escola. As condicionantes apresentadas para interrupção dos estudos foram as dificuldades de acesso ao ensino, a precariedade das condições básicas de saúde, o ambiente hostil e violento que cerca as favelas e bairros de periferia. Contudo, verificou-se das entrevistas que o abandono prematuro da escola advém, em um primeiro discurso, da necessidade de trabalhar e o difícil concilio entre a escola com trabalho, formal ou não.

As dificuldades decorrentes da atividade, o desentendimento com professores e colegas, as seguidas reprovações, a qualidade do ensino aplicado e a diminuta ou inexistente supervisão familiar as atividades escolares, permitiram o abandono paulatino da escola, através da diminuição da frequência escolar, seguido do seu afastamento total.

Gráfico 11 – Motivos apresentados pelo entrevistado para o abandono escolar.

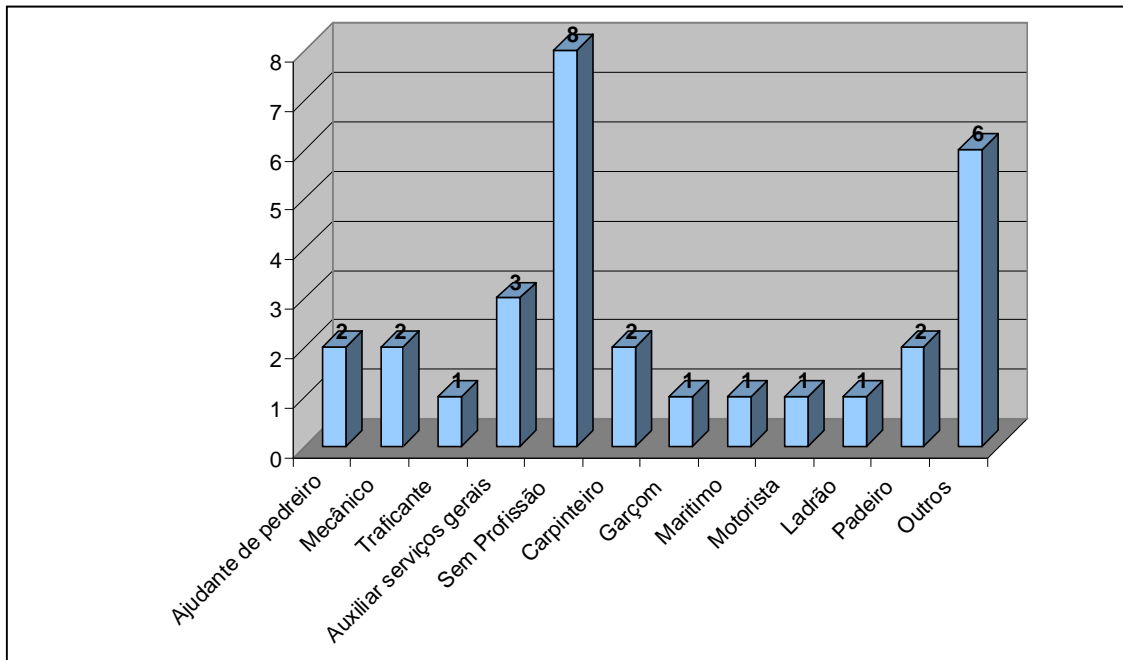


Fonte: pesquisa para a dissertação.

O quesito da atividade laboral exercida e a renda auferida, foram pesquisados todos os rendimentos monetários obtidos através de trabalho dos membros da família, contendo informações sobre ocupações e atividades, para se verificar qual a distribuição de renda per capita deste segmento e qual sua posição na estratificação social. Contudo, em face da dificuldade dos entrevistados em separar qual renda era proveniente das atividades lícitas ou ilícitas, ou ainda por desconhecerem completamente quanto era amealhado, muitos não responderam nada, provavelmente pela imprecisão do comércio do tráfico, a efemeridade daquilo que é angariado, do muito hoje e o nada amanhã, torna-se quase impossível precisar qual é a renda auferida com tal atividade. Apesar de quase todos terem apresentado uma profissão definida, excetuando aqueles que se declararam estudantes, que não tem função laborativa alguma ou aqueles que se declararam unicamente criminosos, que exercem uma função ilícita unicamente como ladrão ou traficante, todo o restante alegou ser prestador de serviço, fundado nas atividades

terciárias de baixa qualificação e pouca remuneração, provavelmente, vinculados a uma ocupação formal, vulgarmente denominada de carteira assinada apenas para figuração, deixando para o tráfico a atribuição mais rentável. Para estes últimos, foram passadas as informações de seus vencimentos, sendo de pouca utilidade para a pesquisa.

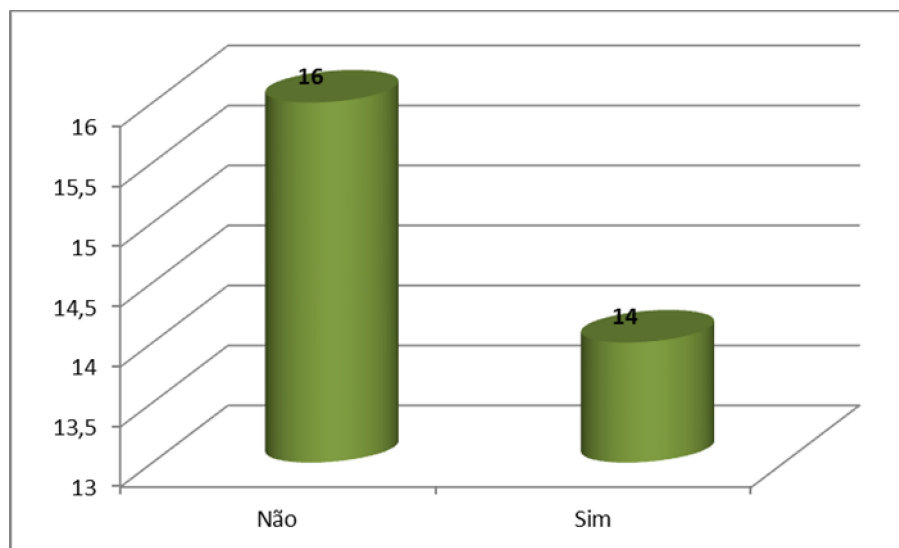
Gráfico 12 – Profissão exercida pelo entrevistado antes da sua prisão.



Fonte: pesquisa para a dissertação.

Para todos os entrevistados, mesmos aqueles com identificação de ofício dúbio, de baixa remuneração, sua participação no custeio das despesas de suas famílias mostrou-se fundamental. Representar o esteio de sustentação mostrou ser questão de honra entre os entrevistados demonstrarem serem os provedores, de tal forma que a sua falta representa uma redução considerável na renda de custeio das despesas de subsistência familiar. Sua prisão, comparável a sua morte sob aspecto de provimento financeiro traz a família a necessidade, exatamente como diz ZALUAR(2004 ,p.67): “as famílias se vêem privadas daqueles que seriam seus importantes contribuintes para a renda familiar”.

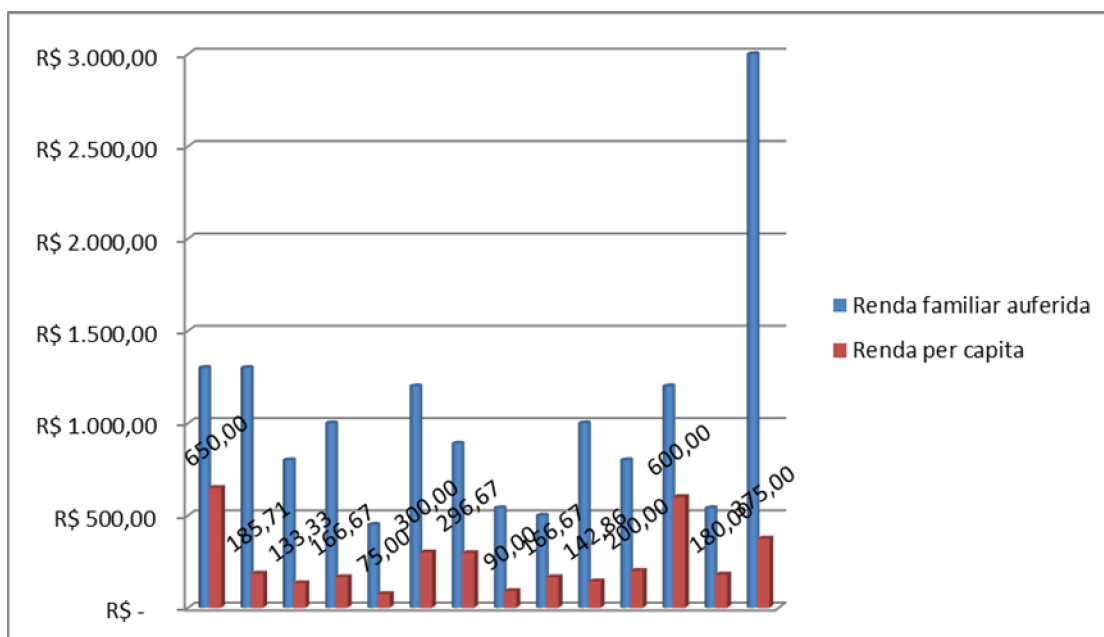
Gráfico 13 – Entrevistados que informaram sobre sua renda antes da sua prisão.



Fonte: pesquisa para a dissertação.

Ainda sobre os entrevistados, muitos encaram com tanta naturalidade esta função de estio financeiro, sustentáculo da família que, ao serem encarcerados e deixarem de prover, desconhecem as necessidades de suas famílias. Para aqueles que tinham noção dos valores amealhados por eles próprios, 57,14 % não têm nem a idéia de quanto ganham os demais familiares, qual o valor que é auferido como renda familiar, composta pelo somatório do trabalho da esposa/companheira, os proventos de seguridade dos idosos conviventes no seio familiar e as arrecadações esporádicas dos serviços prestados pelos menores, o que mostra uma fragilidade na noção de sustento e da necessidade que perpassam estas pessoas. Para estes, apenas a sua renda garantia o sustento da família e não foi informado como as famílias realizam para continuarem a sobreviver. Sob este quadro verifica-se uma distribuição per capita baixa contendo 21,42% dos entrevistados, mesmo quando ainda colaboravam com suas rendas, vivendo com uma fração menor que um quarto do salário mínimo por pessoa, colocando-os, segundo parâmetro posto pelo PNAD, abaixo da linha da pobreza absoluta, sugerindo uma situação de vulnerabilidade social, impedindo-os mais ainda o acesso aos serviços essenciais, ao bem-estar, conduzindo-os a marginalidade e exclusão social.

Gráfico 14 – Valor da renda familiar auferida e a renda per capita



Fonte: pesquisa para a dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi analisar um fenômeno social da relação de Interferência entre famílias e o tráfico de entorpecentes, no ensejo de retratar como as mudanças e orientações sociais, econômicas e até criminais trouxeram a família metropolitana capixaba alterações no seu comportamento e conformação.

Em um primeiro plano, trazer a termo aquilo que se vê, realizar a descrição do fenômeno de deter um indivíduo por estar realizando tráfico de entorpecentes e passado um lapso de tempo, deparar-se com outro familiar realizando a mesma atividade delituosa, talvez seja a parte mais pueril deste processo de aprendizado passado. A caracterização do fenômeno em lume, particulariza-lo e fotografar as relações deste com o mundo a volta teve seus nuances, mas a busca pelo entendimento da dinâmica social, suas conformações, entender a figura da família foi a evolução do saber, outrora estritamente racional cartesiano para um posicionamento mais holístico, necessitando um esforço hercúleo de mudança de paradigmas.

A família, uma das acomodações sociais mais persistentes no tempo, considerada como sendo o primeiro grupo organizado, unidade-base da sociedade, vê-se alterada bruscamente pelo tempo, e mais intensamente quando perpassa pelos processos de industrialização e urbanização capixabas, fenômenos que impõem uma velocidade frenética de mudanças econômicas, culturais e tecnológicas em um ritmo que obriga a adaptações rápidas e contínuas do corpo social envolto neste vórtice de transformações imperativas, tirânicas. Não há como ficar para trás, sob pena de não viver, de não interar-se com os demais. Assim vê-se a família que outrora tinha apenas a preocupação de fácil resolução de alimentar, criar e educar os seus rebentos, passou a necessitar de bem estar, de moradia digna, de alimentação suficiente e saudável, de boa educação, bens que passaram a ter valor econômico incapaz de ser custeado pelo capital amealhado com o trabalho, este também vendido na forma de mão de obra, já que os meios de produção já não pertencem mais a cada um.

Dentre vários fenômenos que assolam a família metropolitana capixaba vislumbrei primeiro a modificação radical da sua conformação, seu quantitativo familiar, o rompimento dos laços afetivos por conta do trabalho, da necessidade de

subsistir. Surgem as necessidades secundárias pelo consumo que passam a ser mais importantes que até o próprio viver. Consumir per si passa a ser a meta de todos, desde os mais abastados até as pessoas com poucos recursos financeiros. A solicitação ao consumo é a meta e a sua negação conduz a desvalorização pessoal, ao sentimento de inferioridade perante os demais, a frustração de não poder ter.

Nesta sociedade de consumo, cravejado de rotulações de status pela marca da roupa que se verga, pelo carro que se tem, o tempo passou a ser o agora em um desejo imediato pelo bem, sem espera, sem atrasos ou barreiras. A demora representa um retardamento que não se suporta mais, pois o consumo se altera a todo instante e atrasar seu momento é ficar pra trás, tal como se fosse não tê-lo.

Nesta forma de viver sem senso de valor real, onde os objetos importam mais que as relações, os laços e a família, os sentimentos passam a ser semelhantes aos desejos: efêmeros, voluptuosos e de pouca utilidade na construção moral da pessoa, do cidadão. O vazio que não se preenche com o acúmulo de objetos, a falta da família como norteador de condutas morais socializantes acaba por conduzir nosso ser urbano para outra busca superficial e mais perigosa: as drogas.

As substâncias que outrora tinham um valor místico de mudança de percepção alcançam um valor monetário surpreendente a partir da metade do século XX, de tal forma que a droga passa a ser a chave de possibilidades, de acesso a uma camada extremamente pobre da sociedade que também almeja possibilidades de consumo e não as possuem, os tornados excluídos sociais. Mas também é a catarse para fuga dos problemas enfrentados, para anestesiá-los a fome, a dor, o cansaço, enfim afasta momentaneamente a miséria. Isto põe em uma travessa toda uma sociedade de adictos e vendedores ilegais de substâncias ilícitas, todos dependentes do comércio e do uso da droga para viver, para apaziguar as vontades de consumo, mediante um preço que parece rentável aos seus comerciantes, mas extremamente custoso a sociedade que assiste os grupos rivais de traficantes se vitimizarem em contendas armadas por pontos de venda, por territórios ou observa seus aparelhos de repressão encarcerarem um a um vários membros de uma mesma família, esfacelando qualquer resquício de conformação social semelhante à família que outrora era tida como a célula mantenedora da sociedade. Mais que isto os problemas que levam ao consumo permanecem, usando todas as forças apenas para o combate das conseqüências do problema. A pesquisa de campo confirma a epidemia do tráfico de drogas que ataca as famílias capixabas, acometendo membro

a membro que se revezam nas atividades delituosas, ora para custear seu próprio vício, ora para alcançar a aquisição dos bens de subsistência, reais ou aqueles de mero consumismo. O revezamento vai ocorrendo por prisão ou morte do parente que deixa para trás dívidas das drogas ou a dependência da família por aquela renda outra auferida antes da morte ou prisão, algo que é cobrado com severidade mediante favores, serviços ou o alistamento na atividade.

É nesta constatação incipiente que se verifica o esfacelamento da estrutura social das mais importantes, a família, que lança os seus membros ativos ao trabalho para suprir as mínimas necessidades e pretere a formação e construção moral, principalmente dos menores e infanto-juvenis. Para ambos resta o aprendizado das ruas, lócus de ensinamentos imediatistas, efêmeros e ilegais já que as demais instituições disciplinadoras não conseguem cumprir seus papéis, tampouco suprir o vago deixado pela família. A droga se insere com facilidade na vida deste segmento da população e a devasta sem comiseração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Violência, Controle Social e Cidadania**: Dilemas da Administração da Justiça Criminal no Brasil, Rev. Crítica de Ciências Sociais, n. 41, p. 101/127, dezembro. 1994.

----- (1988a):. **“A experiência da punição: a violência sob a ótica de autores/vítimas”**. *Ciência e Cultura. Suplemento*, São Paulo.

----- (1988b):. **“Relações familiares e delinquência: revendo hipótese explicativa”**. *Ciência e Cultura. Suplemento*, São Paulo.

----- (1991):.. **“Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime”**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, vol. 33, pp. 145-156;

Almeida, Rita de Cássia Barcellos, 1961A447f **Formação metropolitana : a Grande Vitória (1995-2005)** / Rita de Cássia Barcellos Almeida. – 2009. 122 f. : il.

BARRETO L, 1983. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Ediouro. Rio de Janeiro.

BOITEUX, Luciana. (2009), **“Sumário executivo”**. **Relatório de pesquisa “Tráfico de drogas e Constituição”**. Rio de Janeiro/Brasília, UFRJ/UnB.

CAMPOS, Sonia Isabel Fabris. **O Tabu da Violência Intrafamiliar: a escola na fronteira**. SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.07, v.1, Junho. 2010.

CARLOTO, C M; GARCIA. In Revista **Serviço Social em Revista** - Mas Afinal Porque a Rua?. Nº 2, Jan/Jun 2009, Volume 1. Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em <http://www.ssrevista.uel.br/c-v11n2.htm> acesso em 21 de novembro de 2010.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Intertexto, 2001.

CRUZ NETO, O., MOREIRA, M.R. e SUCENA, L.M.F. **Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. 200p.

DAL POZZO, Clayton Ferreira; FURINI, Luciano Antonio . **O conceito de Exclusão social e sua discussão**. Geografia em Atos (UNESP. Impresso), v. 1, p. 86-92, 2010.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro**. Sete Letras: Rio de Janeiro, 2003.

Drogas : cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. - Brasília : Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.

FERNANDES, Newton. **Criminologia integrada**, 2 ed. ver., atual e ampl. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2002, 779p.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da Cidade**. Campinas-SP. Papyrus. 2006.

FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. **Adolescência, Família e Drogas. A função Paterna e a Questão dos Limites**. Mauad Editora Ltda, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 23a ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000b.

GIDDENS, Anthony **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Editora Atlas, 1987. Capítulo II. O questionário. Conceituação. Vantagens e limitações do questionário. A construção do questionário. p. 124-132.

GREGORI, M. F. **Viração: experiências de meninos nas ruas**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GRILLO, Carolina Christoph. **Fazendo o Doze na Pista: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média**. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva. 2007.

KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel e MIRANDA, Ana Paula Mendes. **Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia**. BIB, Rio de Janeiro, nº 50, p. 45-124, 2º semestre. 2000.

KARAM, Maria Lúcia. **Legislação Brasileira Sobre Drogas: historia recente a criminalização da diferença, Avessos do Prazer, Drogada aids e Direitos humanos**, organizadora: Publicação Artigo, Gilberta Acselrad, Editora Fiocruz. 2000.

LABATE, Beatriz Caiuby (Org.) ; GOULART, Sandra Lucia (Org.) ; FIORE, Maurício (Org.) ; CARNEIRO, Henrique (Org.) ; MACRAE, E. (Org.) . **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. 1a. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. v. 01 P13

LIMA, Renato Sérgio de. **Conflitos sociais e criminalidade urbana: Uma análise dos homicídios cometidos no Município de São Paulo**. Dissertação apresentada como pré-requisitos para obtenção do título de mestre em sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2001

LIRA, Pablo Silva . **Violência Urbana: uma análise no município de Vitória-ES**. In: I Seminário Nacional da Pós-graduação em Ciências Sociais, 2011, Vitória. I Seminário Nacional da Pós-graduação em Ciências Sociais, 2011.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 300 p.

----- (1997):. MISSE, M. **As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio**. Contemporaneidade e educação. Rio de Janeiro, ano II, n.1.

----- (2002):. MISSE, M. **Violência: o que foi que aconteceu?** Jornal do SINTURF, ano XVII, n. 529, 2002 Disponível em <http://necvu.tempsite.ws/images/1Viol%C3%Aanciaoquefoiqueaconteceu.pdf> acesso em 21 de novembro de 2010.

MOMM, Nilo. **As Drogas Cocaína**. Disponível em <http://sobriedade.tripod.com/drogas/id1.html>. Acesso em 19 de outubro de 2010

MOURA, Maria Juruena **DE PORTA FECHADA, VIDA DILACERADA – MULHER, TRÁFICO DE DROGAS E PRISÃO: estudo realizado no presídio feminino do Ceará** – Universidade Estadual do Ceará – UECE Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade 2005 disponível em http://www.politicasuece.com/mapps/conteudo/alunos/i138nfprdalun_anexo.pdf. Acesso em 20 de junho de 2011

OBID - Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas. **Informações sobre Drogas/ Definição e Histórico**. Disponível em http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11250&rastro=INFORMA%C3%87%C3%95ES+SOBRE+DROGAS/Defini%C3%A7%C3%A3o+e+hist%C3%B3rico . Acesso em 17 de janeiro de 2011

PASSOS, R. S. E. **Modelos de Gerenciamento para o Desenvolvimento Planejado das Cidades: o Caso da Cidade de Vitória**. Sapientia, v. 4, p. 64-73, 2005.

PEIXOTO, Betânia Totino. **Metodologias e criminalidade violenta no Brasil**. São Paulo Persec. São Paulo, v 18, n 1, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100003&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 20Nov2009

PONTES, Beatriz M S. **Os Territórios do Narcotráfico: Os Morros do Rio de Janeiro**. Revista de Geografia, América do Norte, 26 2 02 2010.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. *Sociologias*, Dez 2006, no.16, p.250-273. ISSN 1517-4522

Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico, 2000. disponível em

<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpinarco/relatoriofinal.pdf> acesso em 20 de janeiro de 2012.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ROCHA, H. C. e MORANDI, A. M. **Cafecultura e grande indústria.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991. 167 p.

RODRIGUES, Thiago **Política e drogas nas Américas.** São Paulo : EDUC: FAPESP, 2004 334 p.

SANTOS, Fernando Antonio Feitoza dos . **Exclusão social: conceito polissêmico.** 2005. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em <http://www.uff.br/labpsifundamental/arquivos/Exclusao%20Social%20Conceito%20Polissemico.pdf> acesso em 04 de outubro de 2011

SENNETT, Richard (1989): **O declínio do homem público. As tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras

Serviço de Informações Sobre Substâncias Psicoativas. **O que é ... cocaína.** Disponível em <http://psicoativas.ufcspa.edu.br/cocaina.html>. Acesso em 19 de outubro de 2010.

SILVA, Jorge da **Segurança Pública e Polícia: Criminologia Crítica Aplicada.** Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SIQUEIRA, M. P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950- 1980.** Vitória: EDUFES, 2001. 179 p.

SIQUEIRA, M. P. S. **Habitação popular: a materialização da casa própria no Brasil** . Programa de Pós-Graduação em História - UFES DIMENSÕES Vol. 21 - 2008 P222. Disponível em http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_MariadaPenhaSmarzaroSiqueira.pdf. Acesso em 30 de julho de 2011.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras - vida e violência atrás das grades.** Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2002.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania,** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1994): **O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial".** *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano VIII, números 2/3. Rio de Janeiro, pp. 25-39 [Publicado em 1996]

----- (1995a): **O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre “ordem” e “desordem”**. *Cadernos de Geociências*, n.º 13. Rio de Janeiro, IBGE, pp. 161-171

----- (1996a): **As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos**. In: CASTRO, Iná *et al.* (orgs.): *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

----- (1999): **Tráfico de Drogas e Fragmentação do Tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro**. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ, RIO DE JANEIRO*, v. VIII, n. 2/3.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras 1999

VÉRAS, M. P. **Exclusão social – um problema de 500 anos**. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27-46.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

----- (1994a):(Org.). **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Brasiliense.

----- **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública**. *ESTUDOS AVANÇADOS*. , v. 21, n. 61, p.31-49, 2007.